

Trigo:

**PREÇO MÍNIMO  
NÃO AGRADOU**

— Página 13 —

**QUEM VOTA NO  
PROJETO 5.727?**

— Páginas 6 e 7 —

**DELFIN E A  
AGRICULTURA**

Página 4

# OS NÚMEROS DA SECA

— Páginas centrais —

Encarte: Caderno  
de Cooperativismo



Rua das Chácaras, esquina Porto  
Alegre - Caixa Postal 111  
IJUI - RS  
GERAL - PABX 332-1549

CGC ICM 065/0007700  
Inscr. INGRA N° 248/73  
CGC MF - 90.726.506/0001-75

**ADMINISTRAÇÃO**

Diretoria Executiva  
Presidente: Ruben Ilgenfritz da  
Silva - Eng. Agr.  
Vice-Presidente: Arnaldo  
Oscar Drews  
Suprintendente: Clóvis  
Adriano Farina  
Diretores Contratados:  
Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues Borges, Nelcy Rospide Nunes, Oswaldo Olmiro Meotti, Werner Ervin Wagner e Eduardo Augusto de Menezes.

**Conselheiros (Efetivos):**

Alberto Sabo, Alfredo Driemeyer, Hugo Lino Costa Beber, Pedro Bizarello, Flávio Sperotto e Reinhold Luiz Kommers.

**Conselheiros (Suplentes):**

Antonio Primo, Italvino Sperotto, Herbert Hintz, Carlos Krüger, Amaury Marcks e Renaleto Fontana.

**Conselho Fiscal (Efetivos):**

Bruno Eisele, Antônio Cândido da Silva Netto, Olympio Belline.

**Conselho Fiscal (Suplentes):**

José Cláudio Koehler, Leonides Dallabrida, Telmo Roverno Ros.

**Capacidade em Armazenagem:**

IJUI (Sede)	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto	77.000 t
Tenente Portela	60.800 t
Vila Jóia	67.000 t
Esq. Umbú (Sto Aug.)	50.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	48.000 t
Maracajú	84.000 t
Sidrolândia	12.000 t
Rio Brilhante	12.000 t

**COTRIJORNAL**

Órgão de circulação dirigido ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior. Nossa tiragem, 17.000 exemplares.

Associado da ABERJE



Associado da

**AJOCOOP**  
Associação dos Jornalistas e Revistas de Cooperativas

**EXPEDIENTE:**

Redação e Administração  
Rua Tiradentes 449,  
Caixa Postal 111  
IJUI - RS  
TELEFONE: 332-1574

Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do município de Ijuí, sob n. 9. Certificado de marca de propriedade industrial M/C11 n. 022.775 de 13.11.1973 e figurativa M/C11 n. 022.776, de 13.11.1973.

**Redatores:**

Valmir Beck da Rosa  
Manoel Canabarro

Composto no JORNAL DA MANHÃ, Ijuí, e impresso em rotativa off-set no DIÁRIO SERRANO - Cruz Alta.

## CARTAS

### INSTITUTO ROBERTO SILVEIRA

Senhores redatores:

O Instituto de Menores Roberto Silveira é órgão de assistência e amparo ao menor órfão e abandonado. Sua atividade principal é o trabalho agropecuário. Mantém convênios com a Febem, LBA e Prefeitura Municipal de Bom Jesus, tendo ainda a cooperação da indústria, comércio e pessoas físicas. Por meio desta, solicitamos nos sejam enviados mensalmente alguns exemplares do COTRIJORNAL, para uso desse estabelecimento assistencial.

José Martins Tenório  
Eng. - Coordenador  
Agrícola - Bom Jesus (RS)

### UNIVERSIDADE COOPERATIVA

"Gostei muito do artigo que se referia a Universidade Cooperativa. Na minha modesta opinião, o COTRIJORNAL aceitou no "x" do problema (ver edição de novembro). Que adianta pregar uma universidade cooperativista se a base de tudo isto, a clientela futura, não tiver consciência do que significa, realmente, ser cooperativista? . . . Espero que a preocupação de vocês, que também é a minha, desperte os líderes e dirigentes do movimento cooperativista, para uma maior sensibilização a este tipo de problema".

Luiz Leonardo  
Lopes de Lima  
COMAIG - São  
Gabriel - RS

### COMUNICAÇÃO NA COCANE

Amigos redatores:

Temos a grata satisfação de comunicar a V. Sas. que esta cooperativa criou sua Assessoria de Comunicação desde outubro do ano passado e vem desenvolvendo um plano de atividades que inclui um maior intercâmbio com outras cooperativas e entidades afins.

Aproveitando a oportunidade, pedimos a colaboração no sentido de nos enviar publicações (COTRIJORNAL, etc), ao mesmo tempo que nos comprometemos de enviá-las também as nossas.

Almeida Vasquez  
Assessoria de

Comunicação -  
Cooperativa Central  
Agrícola do Nordeste  
Ltda - COCANE - Recife.

N. R. - O intercâmbio é sempre salutar. Agradecemos pelas publicações enviadas.

### DE SÃO LUIS PARA PIMENTA BUENO

Prezados senhores:

Tenho a satisfação de receber, mensalmente, este excelente COTRIJORNAL, por vocês editado. Agora, por força das circunstâncias, tive de mudar-me e escrevo no sentido de comunicar meu novo endereço. Espero continuar recebendo o COTRIJORNAL.

José Antônio Mendes  
Lopes - PF/CO - INCRA  
78.940 - PIMENTA  
BUENO - Rondônia

## Ao leitor

Nossa edição de fevereiro circula numa hora de muita expectativa para todo o setor rural e, sobretudo, para o sistema cooperativista.

A seca deste ano, reconhecidamente pior do que a de 78, deixou os produtores em má situação, a espera de que o Governo tenha sensibilidade e atenda as reivindicações formuladas, tais como a liberação do Proagro com antecedência e de forma que o total dos prejuízos seja coberto. A história da seca, os números das quebras nas safras e a estranha mudança de clima verificada no país, são o assunto da reportagem de capa desta edição, publicada nas páginas 8 e 9.

Com a chegada do mês de março, iniciam-se os trabalhos do Congresso Nacional, agora revigorado por uma leva de novos deputados federais vindos de todos os estados. Fomos buscar a opinião de quatro dos representantes gaúchos no Congresso sobre o projeto de lei 5.727, que institui as cooperativas dos produtores de açúcar e seus subprodutos (veja edição de janeiro), e que põe em cheque todo o cooperativismo brasileiro. A opinião e o voto dos de-

### LEITORA DO FILHO

Prezados senhores:

Sabendo que meu filho tem colaborado com alguns artigos no COTRIJORNAL, assinando como Lana, e por já ter tido boas informações sobre o trabalho que desenvolvem sobre cooperativismo, é de meu interesse, se possível for, receber periodicamente essa publicação.

Aldine Lana Sarapu  
Inconfidentes - B. Brejão  
Via Ouro Fino -  
Minas Gerais

### JORNAL E SEMENTES

Solicito por meio desta o seu jornal cooperativo. Quero ainda endereços e nomes de casa que vendam artigos para a lavoura - sementes, ferramentas e bombas - por reembol-

putados gaúchos vão publicados nas páginas 6 e 7.

Muda o Congresso, muda também o Executivo. E a partir de 15 de março o ministério da Agricultura terá um novo ocupante, já bem conhecido no meio rural: o professor Antônio Delfim Neto, ex-ministro da Fazenda dos governos Costa e Silva e Médici. Procuramos traçar um perfil do futuro ministro, lembrando aos leitores algumas de suas ações quando titular do ministério da Fazenda. E analisamos, também, as muitas idéias novas que Delfim anuncia para a agricultura, a partir da página 4.

Neste número trazemos, ainda, um Caderno Especial de Cooperativismo, editado pela *Coojornal* - Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. Dito pelos próprios editores, o caderno se constitui num diagnóstico do cooperativismo no Brasil, elaborado a partir da análise de um recente documento oficial, e que destaca a contribuição dada pelas cooperativas à economia brasileira.

Com o COTRIJORNAL de fevereiro, vai o nosso convite a todos os leitores para que participem cada vez mais desta página, sempre aberta a todas as críticas e sugestões. Boa leitura.

A Redação

so postal, e também livrarias especializadas em literatura agrícola.

Zaqueu Marques de Souza  
6º BEC - Seção de Saúde  
69.300 - Boa Vista -  
Roraima

N.R. - Quanto ao jornal, tudo certo, Zaqueu. Com respeito a compras por reembolso, sugerimos que você dirija-se a uma das muitas casas especializadas que existem, ou procure a agência mais próxima dos Correios e Telégrafos.

### BB AGRADECE

Presta-se a presente para externar nossos mais profundos agradecimentos pela atenção dispensada ao nosso telex 78/2624, de 21.11.78, acusando em sua correspondência de 25.11.78 e pelo qual somos contemplados com a assinatura do COTRIJORNAL.

Auguramos, por outro lado, à essa significativa organização, pleno sucesso para os objetivos a que se propõe.

Saudações,  
Banco do Brasil S/A -  
Erexim  
Telmo Sebastião Scotti  
- gerente interino  
Fredolino Krüger -  
gerente adjunto substituto.

### BASF MUDOU

Prezados amigos:

Recebendo mensalmente vosso COTRIJORNAL, gostaríamos de parabenizá-los por esta excelente publicação, tão expressiva em nossos meios agropecuários. Na oportunidade, comunicamos a nossa mudança de endereço para avenida Plácido de Castro, 1299 - 98.100 - Cruz Alta (RS).

Cordialmente,  
BASF - Brasileira S.A.  
Jorge M. Brandão  
Rodrigues

### NOVOS ASSINANTES

Por haverem solicitado, passam a receber o COTRIJORNAL mensalmente, as seguintes pessoas:

- Valdir José da Silva, tecnólogo em Cooperativismo - Rio Branco.

- Agrônomo José Carlos Fernandes, Universidade Federal de Viçosa (PR).

- Jair Koefender - Teutônia - Estrela (RS).

- Escritório Regional do DCOOP - Rua Comandante Almiro, 6 - 44.100 Feira de Santana - BA.



# O PROJETO E OS POLITICOS

Até o dia 22 de março, a sorte de todo o sistema cooperativista brasileiro estará decidida. Nesse dia, já saberemos qual terá sido o resultado da votação, no Congresso Nacional, do projeto de lei 5.727, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a criação das cooperativas de produtores de açúcar e seus derivados.

Nunca é demais lembrar: o projeto de lei 5.727 contraria frontalmente o espírito e a doutrina cooperativista, pois permite que empresas e grupos econômicos reúnam-se para formarem as suas próprias cooperativas.

Se este projeto trata especificamente dos produtores de açúcar, nada impede que, amanhã ou depois, os fabricantes de óleo de soja — só para dar um exemplo — também resolvam formar a sua cooperativa. E todos os agricultores, aqueles que realmente produzem soja, sabem o que isso pode significar. Uma vez aprovado este projeto, todo o cooperativismo estará frágil, a caminho da liquidação.

De nada terá adiantado todos estes anos de esforço e trabalho, de nada terão adiantado as safras recordes, de nada terá

adiantado a contribuição que o cooperativismo trouxe e traz para o desenvolvimento brasileiro.

As verdadeiras cooperativas, aquelas cujos sócios são os produtores — e onde todos têm direito ao mesmo voto —, fatalmente serão esmagadas pelo poder das *outras cooperativas*, aquelas formadas pelos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

Estamos portanto, nas mãos dos deputados federais e dos senadores, aqueles que terão de decidir se aprovam ou não o projeto.

Os nossos políticos devem saber que um mandato popular é coisa muito séria. Quando, numa eleição, escolhemos este ou aquele candidato, é porque acreditamos que possa defender e expressar fielmente as nossas aspirações. E acompanhamos a sua trajetória acreditando que ele corresponderá à nossa confiança.

Um político verdadeiro sabe como expressar e representar os anseios da sua região e dos seus eleitores. Nós, os eleitores de uma região onde o cooperativismo tem um profundo significado, acreditamos nisso.

# A CARTA DE CRUZ ALTA

No dia 14 de fevereiro, prefeitos, líderes cooperativistas, produtores, parlamentares, técnicos da área agrícola e sindicatos do meio rural reuniram-se em Cruz Alta para relatar e debater a situação criada pela seca.

Após um dia de reunião, os 255 participantes do encontro elaboraram um documento, chamado *Carta de Cruz Alta*, contendo uma série de medidas consideradas urgentes e indispensáveis.

A seguir, transcrevemos na íntegra as providências contidas na *Carta de Cruz Alta*:

- Reajuste imediato do preço mínimo do trigo, considerando que o estabelecido em Cr\$ 324,00 é insuficiente e não atende o custo de produção que indica um preço necessário de Cr\$ 387,00 ao produtor.

- Auxílio emergencial para a manutenção da família dos pequenos produtores, financiados ou não.

- Cobertura pelo Proagro de 100 por cento no custeio referente a safras de soja, milho, arroz, sorgo, fumo, e demais culturas atingidas.

- Integral liberação do produto a ser colhido, inobstante vinculação a financiamento das respectivas lavouras.

- Prorrogação das parcelas vencidas e vincendas de investimentos agrícolas, medida esta imprescindível não só para produtores mas inclusive as suas cooperativas.

- Tais parcelas, citadas no item acima, sejam transferidas para pagamento após a última prestação contratual, respeitando um prazo mínimo de três anos, contados desta data.

- Seja determinado a CFP que adote todas as medidas necessárias para o suprimento de milho às regiões necessitadas.

- Incentivo a programas especiais de conservação do solo, reflorestamento e di-

versificação de atividades agropecuárias, a nível de propriedades, alterando a lei de incentivos fiscais, na parte que estabelece uma área contínua mínima de 1 mil hectares.

- A manutenção dos subsídios de juros e atividades agropecuárias, especialmente nos fertilizantes.

- Liberação imediata do total da verba de colheita das presentes safras.

*A nível de administração municipal:*

- Que o calendário previamente estabelecido pelo Tesouro do Estado para pagamentos das quotas do ICM (1979), seja obedecido, depositando-se, nas datas previstas, os valores fixados.

- Que, para efeito de cálculo de índice do ICM, cujo levantamento está sendo procedido, para vigorar em 1980, seja atribuída à produção primária de todos os municípios rio-grandenses, com base no preço de aquisição (nos casos de transferências) e vendas para indústrias deste Estado (soja), um valor adicionado no mínimo de 20 por cento.

- Instituição e manutenção do calendário para pagamento da taxa rodoviária única, POEM, Fundo Rodoviário Nacional e ITR (Inkra), a exemplo do que ocorre com o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e ICM.

- Que o Governo Federal conceda um retorno adicional de 50 por cento sobre os valores que deverão ser creditados aos municípios do Rio Grande do Sul nos anos de 1980 e 1981, relativos ao Fundo de Participação dos Municípios, admitida a livre aplicação do acréscimo.

- Que o Governo Federal libere recursos a Fundo Perdido, para que os municípios possam adquirir máquinas perfuratrizes para a abertura de poços artesianos e equipamentos para a construção de açudes e barragens.

# DELFIN NA AGRICULTURA

**Como será a gestão do homem que quase brigou com o campo?**



(Cojornal)

Quando o general João Baptista de Figueiredo assumir a presidência da República, no dia 15 de março, ao mesmo tempo estará tomando posse no ministério da Agricultura o professor Antonio Delfim Netto, de 50 anos — homem já bem conhecido dos produtores gaúchos pela sua atuação como ministro da Fazenda durante os governos Costa e Silva e Médici.

A Agricultura, segundo palavras do próprio general Figueiredo, será a preocupação mais importante do futuro governo. E o homem encarregado de dirigir o ministério terá, portanto, papel chave na economia do país nos próximos seis anos.

O nome de Delfim Netto, a princípio, não foi bem recebido por grande parte dos setores da economia brasileira. Há muita con-

trovêrsia e interrogação sobre o tipo de política que irá orientar os rumos da Agricultura.

Para muitos, como Iber Benvegnú, presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Delfim não é o homem certo pois "desconhece os problemas do setor".

Os produtores rurais não esquecem que foi Delfim que, em 1972, introduziu o confisco cambial para as exportações de carne. Foi ele, também, quem retirou do ministério da Agricultura, durante o governo Médici, as atribuições de estabelecer os preços mínimos e fixar os subsídios oficiais, transferindo-as para a pasta da Fazenda. Em consequência disso, a Agricultura foi perdendo a importância e, hoje, entre todos os 21 ministérios, está em 18º lugar, com um orçamento de apenas 9,2 bilhões de cruzeiros.

E mais: antes de Delfim, o preço mínimo para o trigo era fixado algum tempo depois da safra anterior, quando levava-se em conta todos os fatores da produção. Mas ele, a partir de 72, passou a fixar o preço mínimo em janeiro, quase dez meses antes da colheita, evidentemente com um percentual muito abaixo dos índices de inflação.

No ministério da Fazenda, Delfim concentrou poderes a ponto de conseguir derrubar três outros ministros de Estado, que faziam oposição à sua maneira de dirigir a economia brasileira. Todos devem lembrar do episódio que terminou com a demissão do ministro da Agricultura do general Médici, o gaúcho Luiz Fernando Cirne Lima. Na época, Cirne Lima revelou estar saindo do ministério por entender que Delfim facilitava o controle da economia brasileira por interesses estrangeiros.

Na verdade, em toda a sua carreira profissional, Delfim Netto

nunca esteve ligado a nenhum órgão que trabalhasse com a agricultura. E existem no Brasil várias listas de nomes considerados mais capazes e conhecedores da Agricultura que poderiam perfeitamente ocupar o cargo de ministro.

## AS IDÉIAS

Delfim Netto rebate as críticas dizendo ter o apoio pessoal do general Figueiredo, que concorda com suas inúmeras idéias para o setor.

Aliás, em setembro do ano passado, Figueiredo encomendou a Delfim um estudo para revigorar a agricultura brasileira. Segundo alguns, o general Figueiredo gostou tanto do trabalho que acabou convidando Delfim para o ministério.

Oficialmente, o estudo feito pelo futuro ministro nunca veio a público, na íntegra. Mas algumas das principais idéias nele contidas já são conhecidas:

**Reforma Fiscal** — O Imposto Territorial Rural será usado para levar o agricultor a utilizar mais — ou menos — distintos tipos de solos, diferentes regiões e produtos diferenciados. As terras estocadas, paradas, onde não há qualquer atividade agrícola, terão um imposto pesado, a ponto de tornar desvantajoso manter propriedades improdutivas. Os produtores rurais que resolverem reinvestir seus lucros na agropecuária, ganharão maiores descontos no Imposto de Renda.

**Crédito Rural** — Haverá vários níveis de subsídios para diferentes produtos. As principais culturas voltadas para o mercado interno, por exemplo, pagarão apenas 15 por cento de juros anuais. E, de acordo com a produtividade alcançada, diminuirá o valor do ICM. Os grandes proprietários, ao contrário do que acontece agora, terão de investir mais o seu próprio dinheiro, deixando maiores

fatias dos financiamentos oficiais para os pequenos e médios.

**Preços Mínimos** — Os produtos destinados ao consumo interno deverão receber preços mínimos reais, verdadeiramente estimulantes. Fala-se que os preços mínimos para a safra 79/80 sofrerão um aumento da ordem de 60 por cento em relação aos atuais.

**Seguro Rural** — Pretende-se aumentar a margem de cobertura dada pelos seguros rurais, principalmente aqueles destinados a proteger os investimentos do agricultor contra fenômenos como a seca, a geada ou o excesso de chuvas. Nesse caso, como os prejuízos são grandes, a taxa a ser paga para o seguro também seria grande. O governo pensa, então, em subsidiar parte do prêmio.

**Bônus Agrícola** — Seria uma espécie de caderneta de poupança para a atividade rural, com os mesmos rendimentos oferecidos pelas atuais cadernetas. Com isso, o governo pretende atrair o dinheiro dos investidores, que hoje vai em grande parte para a poupança. Essa verba seria repassada ao produtor rural, a juros subsidiados.

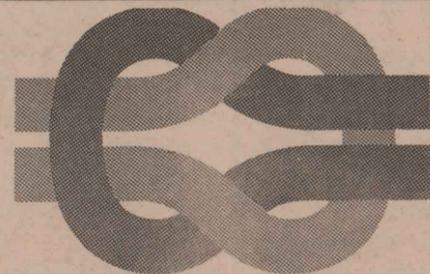
## PÉ ATRÁS

A primeira vista, estas medidas, caso realmente aconteçam, podem solucionar alguns problemas importantes vividos hoje pelos produtores rurais. Mas, por enquanto, são apenas idéias. Não houve, nem por parte do general Figueiredo, nem por parte do futuro ministro Delfim, confirmação para nenhuma das inovações citadas.

Até agora, tudo que Delfim Netto fez enquanto esteve no governo foi quase sempre contra a agricultura e contra os interesses dos agricultores. Por isso, deve haver sempre um pé atrás com relação a todas essas mudanças — se é que elas acontecerão.

Por exemplo: com relação ao

**Seja um dos nossos.**



**COTRIJUI**  
— A FORÇA DA UNIÃO.

## A reforma agrária não está nos planos de Delfim

crédito rural, é preciso saber se todos os produtores — principalmente os pequenos — terão acesso aos bancos. Hoje em dia, é sabido, pouco mais de 10 por cento dos produtores absorvem quase 100 por cento dos financiamentos bancários. E quando se fala em desconto no Imposto de Renda para aqueles produtores que resolvam reinvestir seus lucros na agropecuária, é bom que fique claro aquilo que o governo considera lucros. Porque, pelo menos aqui no Rio Grande do Sul, grande parte dos produtores encontra-se "dependurada" devido às sucessivas frustrações nas safras, e o máximo que têm conseguido é o adiamento das dívidas. Nessa situação, como falar em lucro?

Assim como acontece com os financiamentos, também o seguro rural é limitado aos poucos agricultores que oferecem garantias para os bancos. Então, o que dizer de aumentar as taxas a serem pagas por um seguro maior? Onde os produtores irão conseguir dinheiro para pagar a taxa?

Finalmente, nessa história de *bônus agrícola*, cabem algumas outras perguntas: todos os agricultores teriam direito e condições de receber a tal poupança a juros subsidiados? Ou, como ocorre atualmente, só os maiores poderão recebê-la?

### DISCUSSÃO AMPLA

Na verdade, se o futuro governo pretende fazer da agricultu-

ra a sua meta principal, o certo seria abrir uma ampla discussão sobre o assunto, para que todos pudessem dar sua contribuição. Assim, os produtores, aqueles que sentem na carne os problemas diários da agricultura, também poderiam fazer sugestões e apresentar as suas idéias. Do jeito como a coisa está se encaminhando, é bem provável que o futuro ministro da Agricultura coloque em prática várias inovações sem, antes, ouvir aqueles que serão diretamente atingidos por elas, ou seja, os produtores.

Aliás, mesmo que fossem aplicadas agora, as idéias do próximo ministro não atingem o fundo da questão e tampouco atendem à totalidade das reivindicações dos agricultores gaúchos.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), por exemplo, entre uma série de providências, pede o aperfeiçoamento do Proagro, segundo documento publicado há pouco na imprensa:

"Esse programa governamental dá cobertura somente àqueles agricultores que se servem dos financiamentos bancários, e, além disso, cobre tão somente 80 por cento do financiamento. Ora, é sabido que o agricultor, para ter acesso a esses financiamentos, precisa apresentar-se em condições econômicas tais que o valor financiado possa ser segurado. Isto significa que o homem do campo,



Ronald Theobald (Veja)

Em 72, ministro da Fazenda de Médici

economicamente frágil, além de não poder servir-se dos financiamentos, não conta com qualquer proteção contra a série de riscos a que a agricultura sempre esteve sujeita. O seguro agrícola, para ser verdadeiramente um seguro, deveria garantir e significar pagamento do preço justo da lavoura perdida ou frustrada".

A Fetag sugere, então, que o Proagro seja estendido de forma especial aos agricultores que compõem a camada mais pobre da população rural, e que cubra a totalidade dos prejuízos.

### REFORMA AGRÁRIA

Quanto aos preços mínimos, a Fetag lembra o Estatuto da Terra, que estabelece devam ser fixados *sessenta dias antes* do plantio e *com reajuste na época da venda*.

A volta dos subsídios para os

insumos é outra reivindicação da Fetag. Segundo ela, o escândalo do adubo-papel foi ação "de meia dúzia de inescrupulosos, ainda não punidos", e que toda a população rural foi privada desse benefício. "O assunto deve ser reestudado, reimplantando-se a medida, pois os fertilizantes se encontram a preços inacessíveis ao produtor", diz a entidade.

Tudo isso, é claro, sem falar na Reforma Agrária, fora das cogitações do futuro ministro Delfim Netto. Para a Fetag, "é impossível desvincular-se a produção sem se falar da terra. E ao falar-se, no Brasil, em sistema fundiário, é preciso falar em Reforma Agrária".

Delfim Netto, por sinal, já definiu sua posição. Para ele, "Reforma Agrária é assunto para economistas desocupados se distraírem".



# A OPINIÃO DOS POLÍTICOS

*Qual a sua opinião sobre o projeto de lei 5.727, que autoriza a formação das cooperativas de produtores de açúcar?*

Essa foi a pergunta que fizemos a quatro parlamentares gaúchos, durante o mês de janeiro: os deputados Waldir Walter (MDB), Emídio Perondi e José Alcebíades de Oliveira (Arena), e o senador Pedro Simon, do partido opositor.

O projeto 5.727 foi enviado ao Congresso, pelo Executivo, em regime de urgência. Isso significa que deverá ser votado até o dia 22 de março — do contrário, estará automaticamente aprovado. Daí, então, a nossa preocupação: o que pensarão os parlamentares gaúchos que terão de dar seu voto, aprovando ou não o projeto?

“Suicídio”, “absurdo”, “estranho”. Estas são algumas das expressões mais usadas pelos entrevistados quando se referiram ao assunto.

Não foi por acaso que procuramos ouvir a estes parlamentares, e não outros. Afinal, todos eles estão, direta ou indiretamente, ligados ao meio rural e ao cooperativismo.

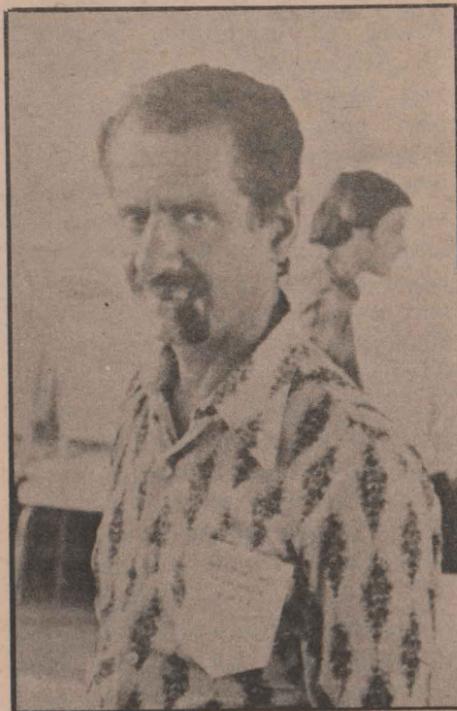
Pedro Simon, que venceu as eleições de 15 de novembro para o Senado, provou, na sua votação, ter mais de 800 mil eleitores no interior do Rio Grande do Sul.

Waldir Walter e Emídio Perondi, além de deputados eleitos pela nossa região, são, também, produtores e associados da Cotrijuí — Waldir tem a matrícula 6073.99, e Perondi a nº 4335.6.

Podem, portanto, falar de uma posição privilegiada, pois conhecem o cooperativismo por dentro.

José Alcebíades, por sua vez, embora não seja produtor, tem no meio rural a maioria dos seus eleitores.

A seguir, publicamos o depoimento dos quatro políticos:



Pedro Simon

*Pedro Simon:* Minha posição é radicalmente contrária ao projeto. E acredito que a da bancada da Oposição também é a mesma. Este projeto liquida com o sistema cooperativista brasileiro, sistema esse que foi responsável pelo desenvolvimento deste país, e que poderá ainda contribuir muito para que o Brasil cresça.

O sistema cooperativista já provou que é a melhor saída. Em outros países, como a Noruega e a Suécia, por exemplo, o cooperativismo é em grande parte responsável pela alta qualidade de vida da população. Por isso acho que a abertura do cooperativismo para pessoas jurídicas é um absurdo.

Se o governo quer ajudar a Copersucar e outros grandes grupos econômicos, que arrume outro jeito. Mas não este, que liquida com o cooperativismo”.



Waldir Walter

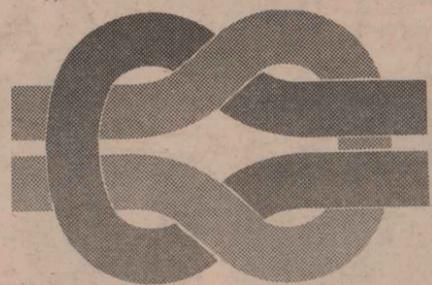
*Waldir Walter:* “Uma das minhas metas será lutar contra esse projeto — por convicção própria e pelo dever que tenho de defender a posição do cooperativismo gaúcho.

Esse projeto foi encaminhado para favorecer grandes grupos econômicos, em detrimento da grande massa produtora. Ele, inclusive, viola um princípio básico do cooperativismo, segundo o qual as cooperativas são associações de pessoas físicas, com direito a um voto cada uma, e não de empresas.

Sobre esta matéria gostaria de ser municiado pelos cooperativistas do meu estado, a fim de poder me situar cada vez melhor.

O projeto é de grande repercussão e atinge em cheio o Rio Grande do Sul. Felizmente, parece que as reações contra ele se avolumam em escala nacional. Mas, como trata-se de um monstro, é preciso que a luta pela sua destruição ganhe intensidade, principalmente no seio da classe interessada, que são os cooperativados”.

**Nosso lema: todos por todos.**



**COTRIJUI**  
— A FORÇA DA UNIÃO.

**Emídio Perondi:** "Há mais de 15 anos participo das cooperativas de produção agrícola, e creio que este projeto seria um suicídio, seria o começo do fim para o sistema cooperativista.

Todos nós sabemos que o sistema cooperativista é aquele em que o associado participa e decide o que vai produzir. Neste projeto, os associados são empresas. Então, já defini o meu voto. Ele será contra o projeto.

Eu não acho que o partido irá fechar a questão (quando todos os deputados votam igual), pois até agora, ao que eu saiba, nenhum deputado da bancada gaúcha foi consultado.

Acho que o voto vai ficar a critério de cada deputado. E eu serei totalmente contrário".

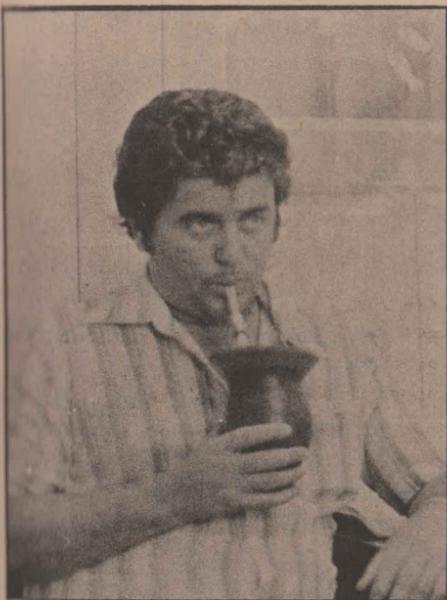
**José Alcebíades de Oliveira:** "É estranho que um assunto complexo, como a tentativa de alteração do dispositivo legal que rege o cooperativismo brasileiro, que vem sendo objeto de especulação nos últimos 5 anos, tenha sido encaminhado no fim de um período governamental, com urgência na sua tramitação.

Até o momento, desconheço os motivos específicos com que os proponentes procuram a sua modificação, a não ser pelo que foi publicado nos jornais e que já é de pleno conhecimento da opinião pública brasileira.

Se, de fato, a alteração visa beneficiar determinados grupos, melhor seria uma adaptação pura e simples na área administrativa, através do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Como deputado novo, de primeiro mandato e vinculado a uma região que tem no setor primário a sua maior riqueza — e por conseguinte as duas mais expressivas cooperativas do sistema no Brasil — não poderia deixar de participar dessa discussão. Acho que o melhor seria a retirada do projeto do Congresso, pois o tempo é muito curto para discutir assunto tão importante. E, aí, deveria ser encaminhada uma discussão com todos os interessados, os produtores, as lideranças do setor rural, etc.

Mas, caso o projeto prossiga sua tramitação e vá mesmo à votação, e se o meu partido não fechar a questão, mantereí minha posição contrária."



Emídio Perondi



José Oliveira

## COMO SERÁ A VOTAÇÃO

O Congresso Nacional é a reunião do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Um projeto de lei como o 5.727, para ser aprovado, precisa obter metade dos votos mais um — a chamada maioria simples.

Para que um projeto de lei entre em votação no Congresso, é necessária a presença de 51 por cento dos congressistas, isto é, a metade dos deputados e senadores eleitores, mais um. Atualmente, a Câmara possui 420 deputados e o Senado Federal é composto por 67 membros. Isso significa

que, para o projeto entrar em discussão, pelo menos 244 deputados e senadores precisam estar presentes. Sem esse número mínimo de parlamentares, nenhum projeto de lei pode ser votado. A aprovação do projeto requer, no mínimo, 51 por cento desse número, ou seja, 123 votos.

Das 420 cadeiras da Câmara dos Deputados, 230 são da Arena, que detém a maioria, e 190 pertencem ao MDB. O Senado é composto por 67 Senadores: 42 da Arena e 25 do MDB.

## A OPINIÃO DA FIDENE

A Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado — FIDENE, de Ijuí — RS, instituição de extensão, pesquisa e ensino, pioneira como instrumento de intervenção transformadora no Sistema Cooperativista,

— Considerando que mais uma vez o casuísmo é acionado para alterar as leis vigentes no País, gerando um precedente de conseqüências imprevisíveis para o Sistema Cooperativista, de vez que a forma e a época em que o PROJETO DE LEI Nº 5.727/78 foi enviado ao Congresso Nacional impedem um necessário exame de suas conseqüências sociais e econômicas por quem de direito;

— considerando que nos seus cursos de Cooperativismo e Administração Rural a FIDENE visa a formação de técnicos segundo o que estabelece a Lei nº 5.764/71 que, apesar de suas deficiências, contém os verdadeiros pilares da Doutrina Cooperativista, ou seja, a participação direta, responsável

e igualitária de pessoas humanas; — considerando o conteúdo do PROJETO DE LEI Nº 5.727/78 que desvirtua um movimento de dimensão internacional, reconhecidamente válido na defesa das economias populares, e frustra as expectativas de milhões de brasileiros que vêem no Cooperativismo o melhor instrumento de distribuição da renda;

— e, fundamentada em sua filosofia de trabalho, sensível aos problemas e, reivindicações da comunidade: 1º) repudia veementemente a forma, o conteúdo e o prazo para apreciação do PROJETO DE LEI Nº 5.727/78;

2º) reivindica maior autonomia para o Sistema Cooperativista no sentido de que o Conselho Nacional de Cooperativismo passe a ser formado por uma maioria de membros originados diretamente do Sistema Cooperativista, com poder efetivo de, inclusive, propor alterações à lei vigente.

## ANUNCIE NO



Veículo indicado para anunciar produtos relacionados com a lavoura, pecuária e a produção em geral. COTRIJORNAL. Tiragem de 17.000 exemplares. Circulação dirigida nas regiões do Planalto Médio e Alto Uruguai, Campanha (D. Pedrito) e Sul do Mato Grosso.



# O GOVERNO COM A PALAVRA



**A estiagem de quase 60 dias trouxe perdas irreversíveis. Que medidas tomarão as autoridades?**

Depois de quase 60 dias sem aparecer, a chuva finalmente veio, dia 10 de fevereiro, um sábado. Muitos até pensaram que era uma chuvinha pequena, como tantas outras que ameaçaram e não caíram durante o mês de janeiro. Mas, pelo menos na aparência, a chuva que começou a cair no sábado reanimou algumas esperanças.

Infelizmente, porém, a chuva de fevereiro não veio resolver todos os problemas. Os mais beneficiados com ela foram, certamente, aqueles produtores que cultivaram as variedades de ciclo longo, a chamada soja do tarde — plantada em pouco mais de 14 por cento dos 300 mil hectares

cultivados com soja na nossa região.

Quem plantou variedades precoces (soja do cedo) ou as de ciclo médio, não tirou muita vantagem da chuva. De acordo com um levantamento geral feito pelo Departamento Técnico da Cotrijuí no início de fevereiro, 50 por cento da soja do cedo já estavam perdidos. E nas variedades de ciclo médio os prejuízos andavam por volta dos 40 por cento.

Para se ter uma idéia do que isso representa, basta dizer que mais de 150 mil hectares, na região de ação da Cotrijuí, foram cultivados com variedades de ciclo médio, e que em 34 por cento dessa área foram plantadas variedades precoces.

A situação levantada pelo Departamento Técnico podia ser comprovada a olho nú, em qualquer plantação. Dava pena andar pela lavoura e ver a planta mirrada, florescendo ainda pequena, as folhas caindo.

O estudo dos técnicos mostrou que o período de estiagem determinou um pequeno desenvolvimento da planta, que ficou com porte muito reduzido (25 a 30 centímetros), menos da metade de seu crescimento normal. Também o número de vagens por planta caiu quase à metade.

## SITUAÇÃO DE APERTO

A seca deixou muitos agricultores em situação de aperto. No final de janeiro, alguns já nem iam mais na lavoura, de tanto desânimo que dava. Bruno Armando Schneider era um deles:

"No ano passado, a soja atingiu esse porte", disse ele, levando a mão à altura da cintura. "Se chovesse agora, ainda se recuperava parte da lavoura".

Bruno é proprietário de 12,5 hectares de terra em Coronel Barros, distrito de Ijuí, e arrenda outros 7,9 hectares, pagando Cr\$ 1 mil e 200 por cada um.

"Dessa soja aqui eu tenho que tirar o dinheiro para pagar o arrendamento, as prestações de um trator, mais grade e semeadeira, tudo com apenas duas safras de uso", contou Bruno.

Problema parecido é o de Frederico Rehbein. Apesar dos cabelos brancos, ele até hoje ainda trabalha nos 22 hectares que cultiva em conjunto com a nora:

"Eu havia arrendado parte da terra para o meu filho. Ele faleceu e a nora continuou cuidando. Com essa seca, tive de perdoar a dívida do arrendamento. Mas lá no banco eles não vão aceitar explicação. Se o governo não ajudar, muitos vão sofrer".

A sorte é que Frederico não ocupou toda a sua terra com soja: "Aqui a gente sempre guardou um lugar para mandioca, batata doce, alguma verdura e três vacas de leite. Não fosse isto, não sei o que seria da gente".

## PIOR QUE 78

Infelizmente, não é só no distrito de Coronel Barros que as coisas estão

...as. Em toda a região de ação da Cotrijuí, por exemplo, o panorama é quase o mesmo, com pequenas variações. Aliás, é bom ressaltar, o estado do Rio Grande do Sul inteiro, este ano, foi atingido pela falta de chuvas. Todos concordam que a seca de 79 foi mais braba que a do ano passado.

Na região de Santo Ângelo, a Coarisa estimou que as perdas na soja seriam de no mínimo 50 por cento — o que olhe que o levantamento foi feito em 25 de janeiro.

A Cooperativa de Santo Ângelo informou, também, que por causa da seca, 20 por cento das terras destinadas a soja ficaram sem cultivo. Afinal, as contas, quem iria plantar em janeiro, quando a falta de chuvas já estava sendo motivo para as primeiras perdas e proclamações?

Mas as conseqüências da estiagem não ficaram só aí. A produtividade esperada para este ano era de 25 sacos por hectare, o que, obviamente, não vai mais acontecer. Pelo menos 2 milhões e 800 mil sacos já estão perdidos, só na região da Cotrijuí. E alguns técnicos, inclusive, acham que poderá faltar sementes para o próximo plantio.

## PROVIDÊNCIAS

Quando entrou fevereiro, as expectativas de que a chuva ainda poderia cair começavam a morrer. Para muitos agricultores, naquela altura, mesmo que chovesse a situação não iria mudar. E as conversas giravam em



Bruno e o tamanho da soja no ano passado.



Bruno: "O banco não vai aceitar explicação"

torno das providências que o governo iria tomar para socorrer os produtores.

Assim, no dia 5, uma segunda-feira, vários líderes e presidentes de cooperativas foram ao Palácio Piratini para mostrar a real situação e solicitar algumas medidas de emergência ao governador Sinval Guazzelli. Os produtores pediram, inicialmente, a imediata fixação do preço mínimo do trigo para a próxima safra (veja matéria na página 13), e o aumento das faixas de financiamentos do crédito rural.

Falou-se, ainda, na possibilidade de o governo liberar o Proagro em 100 por cento, ou seja, em vez de o seguro cobrir apenas 80 por cento dos prejuízos, como ocorre normalmente, os produtores desejam que o Proagro cubra a totalidade das perdas.

A prorrogação dos compromissos financeiros por três anos (no mínimo), e a juros baixos, foi outra providência solicitada ao governo.

Poucos dias depois da reunião, o ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, anunciava, em Brasília, que as autoridades iriam apressar a liberação do Proagro para aquelas regiões mais atingidas. O ministro revelou, também, que o governo anteciparia a compra de carne para formação dos estoques reguladores da Cobal — uma medida que, na verdade, beneficia apenas aqueles agricultores que possuem gado para o abate.

## A MUDANÇA DE CLIMA

Enquanto isso, a pergunta que mais se ouvia entre os produtores era sobre o tempo: "Será que agora vamos ter seca todo o ano?" E logo vinha outra indagação, essa ainda mais intrigante: "O que está acontecendo com o clima do Rio Grande?"

Os mais velhos lembram-se de que a nossa região nunca foi muito atingida por secas regulares. Aqui no Rio Grande do Sul, a seca foi sempre pior na região da campanha. Nos arredores de Ijuí, dizem os mais velhos, a última grande seca foi lá pela década de 40, há mais de 30 anos.

A estiagem só voltou no ano passado, trazendo inúmeros prejuízos para a agricultura, com uma quebra de quase 30 por cento na produção de soja e milho. Mas, este ano, quem esperava que o fenômeno se repetisse?

O agrônomo José Lutzemberger, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (Agapan), acha que há dois motivos principais para a seca: o desmatamento indiscriminado e as queimadas.

"As queimadas são o fator mais importante, em nossa corrida acelerada ao deserto", diz ele. Lutzemberger lembra que as queimadas não permitem sequer a recuperação natural do solo.

O presidente da Agapan vai mais longe e diz que "muito provavelmente daqui para diante voltaremos a ter um clima irregular, com grandes in-

certezas na produção agrícola".

O desmatamento, por sua vez, é algo que realmente assusta. Segundo Lino Avânio Hamann, presidente da Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, no início da colonização, o estado tinha 40 por cento de sua área coberta por florestas. Hoje em dia, apenas 1,8 por cento do território gaúcho ainda possui florestas naturais.

Lino Hamann chega a dizer que, por causa da mudança de clima, talvez seja preciso um reestudo das épocas de plantio de diversas culturas.

Finalmente, quando se fala em possíveis mudanças no clima do Rio Grande, é preciso levar em conta, ainda, um outro fator: o uso abusivo de defensivos agrícolas — muitos deles inclusive proibidos nos países onde foram fabricados —, que acaba provocando desequilíbrios no ambiente.

A seca deste ano foi tão grande, que algumas cidades do interior tiveram que adotar medidas drásticas para que a água não faltasse totalmente.

Em São Gabriel, na Campanha, a Prefeitura Municipal proibiu o carnaval de rua, a lavagem de carros e o banho público no pouquinho de água que restou do rio Vacacaí. E em Jaguarí, a população só tem água cinco horas por dia.

## AS ENCHENTES

Mas não foi só no Rio Grande do Sul que a mudança de clima trouxe apertos para a população.

Em Minas Gerais, no Espírito Santo, no sul da Bahia e no norte do Rio de Janeiro, as enchentes provocaram graves situações, matando e desabrigando pessoas, arrasando com

as lavouras, destruindo casas e prédios.

No dia 5 de fevereiro — o mesmo dia em que os gaúchos pediam providências ao governo por causa da seca —, o governador de Minas, Ozanan Coelho, decretava estado de calamidade pública em todos os 722 municípios.

Naquele dia, já tinham morrido mais de 200 pessoas, e aproximadamente 70 mil estavam desabrigadas. A situação era tão grave que o governador teve de adiar o reinício das aulas nos colégios estaduais, mercado inicialmente para o dia 5.

Uma situação curiosa e intrigante: no sul, sofremos por causa da seca. No resto do país o sofrimento vinha pelo excesso de chuvas.

O que se espera, agora, é que o governo compreenda o aperto por que muitos produtores estão passando, e tome medidas que venham ajudar o homem do campo. E nunca é demais repetir: medidas que de fato levem em consideração a grandeza dos prejuízos — afinal, se o governo não tem culpa das mudanças de clima, também os produtores não podem ser responsabilizados por elas.

O aviso vai para que não ocorram episódios como aquele acontecido, em Santo Ângelo, no início de fevereiro envolvendo os produtores da região e José Carlos Bast, representante da Comissão de Financiamento da Produção. Depois de várias horas ouvindo dos agricultores os prejuízos causados pela seca, o representante da CFP largou essa, sem a menor cerimônia:

"Bem, estou indo para Brasília agora e quero saber se há alguma sugestão mais séria de vocês para ser encaminhada".

## Ziraldo



Charge publicada no Jornal do Brasil em 06/02/79.

# UMA VITÓRIA CONTRA A SECA

**Quem diversificou não foi apanhado de surpresa pelo clima**

Na casa de Valdemar Walter Krampe, na linha Leste 9 (Vila Floresta), todos estavam preocupados com a seca. O seu Krampe tem 50 hectares de terra, 40 dos quais cultivados com soja. A falta de chuvas era, portanto, assunto dominante em todas as conversas.

Mas havia uma diferença. Embora o rosto do chefe da família ficasse sombrio sempre que se falava no tempo, não era como em outras casas de agricultores, onde a seca liquidava com muitos planos e esperanças.

O motivo é que, faz mais ou menos um ano, a família Krampe resolveu dedicar-se também à pecuária leiteira. No início, é claro, a família tinha poucas vacas e a produção era de aproximadamente 15 litros de leite por dia. Mas Valdemar Krampe acreditou no negócio, juntou algumas economias e investiu mais.

Hoje, os Krampe possuem 16 vacas que produzem 160 litros de leite, diariamente. E, com o leite, eles conseguiram atravessar a seca sem ficarem muito apertados:

"O negócio do leite é bom porque todo o mês sempre vem um dinheirinho, nós sempre conseguimos ter tudo em casa. E nem é preciso ter muita preocupação com o tempo", diz Valdemar.

Os Krampe, é claro, sentiram os efeitos da seca na sua lavoura de soja, que vai render bem menos do que o espera-

do — como acontecerá para todos os produtores da região. Mas eles, pelo menos, não vão perder o sono por causa das dificuldades no banco. O dinheiro do leite vai dar para superar o aperto causado pela estiagem.

"Se Deus quiser, daqui a um ano nós pretendemos produzir 300 litros de leite por dia. Antes vamos comprar umas vaquinhas mais".

Valdemar Krampe, hoje em dia, dedica 10 hectares de sua propriedade para o gado leiteiro. No ano que vem, ele vai diminuir a área plantada com soja, deixando 25 hectares para o gado.

"Eu tenho grande esperança de que tudo vai dar certo", diz ele, concluindo: "Mas a gente tem que se dedicar, se não, não adianta nada".

## SORTE GRANDE

Lucídio Seibert, gerente de um condomínio de 18,5 hectares no Barreiro (distrito de Ijuí), planta soja como quase todo mundo. Mas utiliza a sua terrinha para desenvolver também outras culturas, como o alho, o melão, a alface e o pepino.

Foi com o melão que Seibert praticamente tirou a sorte grande, este ano. Ele havia cultivado apenas 1/5 de hectares (2 mil metros quadrados) com a semente da fruta e não esperava, nem de longe, tudo o que aconteceu.

Seibert conseguiu vender

toda a sua produção, que foi de dois mil quilos, através da Cooperativa, a um preço de Cr\$. . 4,50, o quilo. Ou seja, só com o melão, ganhou Cr\$ 9 mil.

"Se o melão desse sempre assim, eu nem precisava do dinheiro da soja", comenta Seibert. Para ele, o melhor de tudo "é que o melão não dá trabalho nem despesa, é só enterrar a semente com o calcanhar e está pronto".

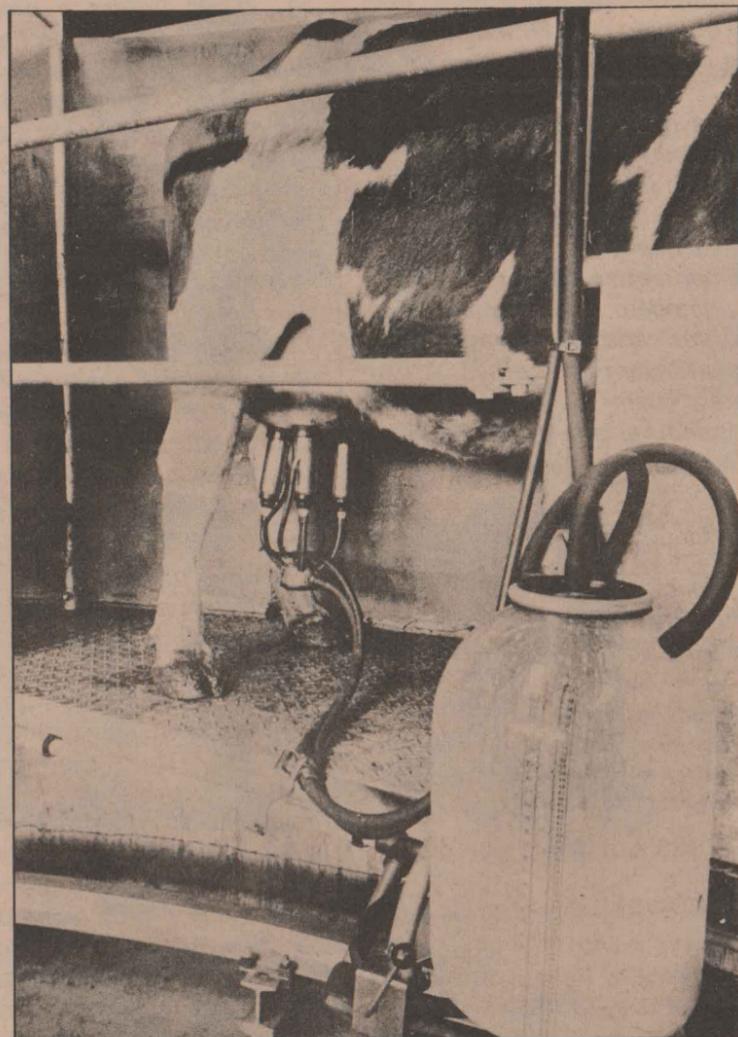
Só para termos uma idéia do quanto o melão pode render, vamos fazer uma comparação com o trigo, cultura que dá mais trabalho e é bem mais sensível ao clima.

No ano passado, o preço mínimo foi de Cr\$ 249,00 para o saco de 60 quilos de trigo. Considerando-se um ano muito bom, quando tudo dá certo e a colheita pode chegar a 17 sacos por hectare, Seibert receberia, então, a quantia de Cr\$ 4 mil 233 por hectare.

Descontando-se o valor do financiamento (que seria de Cr\$ 2 mil 988 por hectare), a receita líquida seria de Cr\$ 1 mil 245 por hectare.

No caso de Seibert, que plantou 1/5 de hectare e ganhou Cr\$ 9 mil, se tivesse plantado melão em um hectare inteiro, teria tido uma receita bruta de Cr\$ 45 mil, considerando-se o preço do quilo do melão a Cr\$ 4,50, como aconteceu no ano passado.

Digamos que 30 por cento desse valor, Seibert tivesse



"O negócio do leite é bom".

gasto com a lavoura — e olhe que o melão não dá tanta despesa assim. Mas, de qualquer jeito, os 30 por cento representam, em dinheiro, a soma de Cr\$ 13 mil e 500 por hectare.

No final das contas, a receita líquida de Seibert seria de Cr\$ 31 mil e 500, por hectare quase 25 vezes mais do que teria ganho com o trigo, considerando-se a mesma quantidade de terra (1 hectare).

Agora, em 79, Seibert vai aumentar a área cultivada com o melão: de 1/5 de hectare, vai passar para 1 hectare inteiro, diminuindo o espaço da soja. E ele garante:

"Se continuar como no ano passado, vou cada vez mais plantar melão, em vez de soja. Afé os efeitos da seca não serão tão ruins como este ano".

## SAIDA PARA OS PEQUENOS

Zeno Foletto é proprietário de 50 hectares em Dr. Bozano, perto de Ijuí. A partir do ano passado, "depois de muita conversa com os técnicos", como ele mesmo diz, Foletto resolveu tirar 10 hectares da soja para plantar alfafa. E não está nem um pouco arrependido, ainda mais com toda essa seca: "Eu estou muito satis-

feito com a alfafa. Se não fosse por ela, a situação estaria muito pior".

Foletto, até a seca ficar braba mesmo, colheu alfafa três vezes — a safra acontece a cada 35 dias, mais ou menos. A produtividade alcançada pela lavoura de Foletto foi de mil quilos por hectare, em média, e ele recebeu um adiantamento de Cr\$ 2,00 por quilo. Ou seja, Cr\$ 2 mil por hectare.

Assim, em pouco mais de 100 dias, ele recebeu pelas suas três colheitas, um adiantamento de aproximadamente Cr\$ . . 60 mil.

"Acho que a diversificação é a única saída para o pequeno produtor. Eu, por exemplo, estou tão satisfeito com a alfafa que vou aumentar a área de plantio para 20 hectares, este ano. Vai ser menos soja e mais alfafa".

Para poder iniciar o cultivo da alfafa, Zeno Foletto gastou Cr\$ 150 mil em máquinas, desde a segadeira e enleirador, até a enfardadeira. Ele conseguiu um financiamento com prazo de 5 anos, para pagar todo o maquinário.

É só fazer as contas: em menos de 1 ano, Foletto já terá pago o equipamento e começará a ter uma receita quase pura.



A Alfafa já rendeu Cr\$ 90 mil para Foletto, em menos de 4 meses.

# QUEM AGÜENTA PAGAR MAIS?

Antigamente, quando as cooperativas ainda não estavam organizadas e capacitadas para fazer a classificação da soja e seus derivados, este trabalho era realizado pelo Governo Federal, através do Ministério da Agricultura. Naquela época, técnicos do ministério faziam a classificação de sementes, do óleo, do farelo e da torta de soja e, após o exame, expediam um laudo atestando a qualidade do produto. Sem esse laudo de classificação, os produtores não conseguiam financiamentos do Governo Federal para o custeio da lavoura.

O laudo não era obrigatório apenas para a soja e seus derivados, mas também para todos os produtos de origem vegetal que tinham preço mínimo estabelecido pelo Governo. O ministério, evidentemente, não fazia esse serviço de graça: por cada lote, era cobrada uma taxa.

Todos lembram o que acontecia então: o laboratório mais próximo ficava em Porto Alegre, as amostras tinham de ir para lá a fim de serem examinadas, demorava dias e dias. Enquanto isso, o lote correspondente àquela mostra não podia ser comercializado, tinha que esperar. Dá para avaliar o que isso significava em custos e prejuízos.

A partir de 1974, porém, as

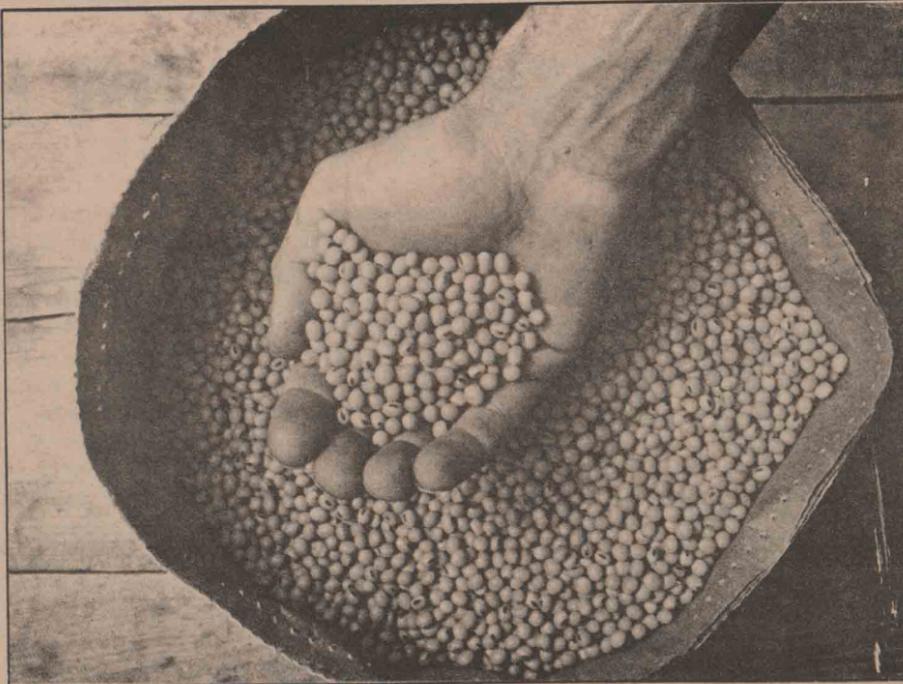
cooperativas passaram a fazer o trabalho de classificação dos produtos que iriam ser comercializados no mercado interno. O governo entendeu que, como o interesse maior pela qualidade do produto era das próprias cooperativas — que inclusive dão as safras em garantia dos empréstimos do Governo Federal —, elas mesmas poderiam proceder a classificação, o que de fato aconteceu. Com isso, o produtor conseguiu eliminar um custo que pesava na balança, o da classificação. E tudo passou a acontecer com maior rapidez, já que não foi mais preciso deslocar para Porto Alegre, como antigamente.

— “Nos últimos quatro anos, nunca houve qualquer problema de má classificação, nenhuma partida foi rejeitada pelo comprador”, diz o agrônomo Nedy Borges, diretor técnico da Cotrijuí.

## ESTRANHEZA

Por isso, foi com estranheza que as lideranças das cooperativas receberam a informação de que o Governo iria novamente retomar o trabalho de classificação, através do Ministério da Agricultura.

Segundo o Decreto 82.110, de 14 de agosto de 1978, “a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, destinados à comercializa-



ção interna . . . será coordenada pelo Ministério da Agricultura, ficando sujeita à organização normativa, à supervisão técnica e a fiscalização específica da Secretaria Nacional de Defesa Pecuária”. Ou seja, tudo voltaria ao que era antes, afastando-se as cooperativas do trabalho de classificação.

Para dar cumprimento a esta lei, a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), do Ministério da Agricultura, convocou uma reunião, em Brasília, que foi realizada dia 10 de janeiro último. Da reunião participaram, além dos técnicos da CFP, o presidente da Cotrijuí, Ruben Ilgenfritz da Silva, e o presidente da Cooperativa Tritícola Mista Alto Jacuí, de Não Me Toque, Irmfried Harry Schmiedt.

Na ocasião, os dois líderes cooperativistas mostraram-se contrários à medida, explicando que não havia razão para as cooperati-

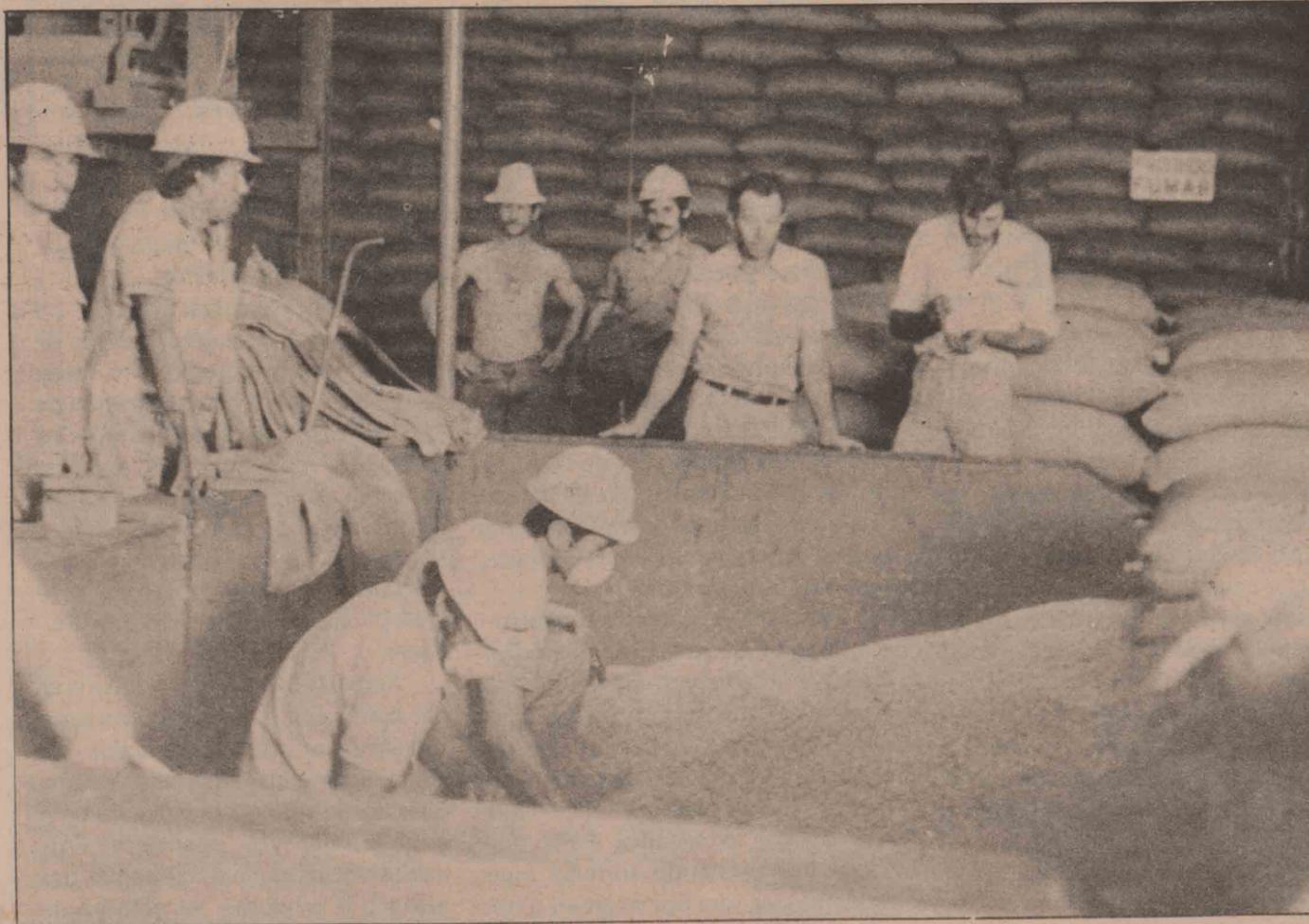
vas deixarem de fazer a classificação — afinal, nestes quatro anos, nunca houve problemas com o trabalho realizado pelos técnicos das cooperativas. E, além do mais, a medida viria onerar os custos do produtor, que teria mais uma taxa para pagar.

## MAIS TAXAS

Segundo o decreto, a taxa cobrada pela classificação seria de 0,375 por cento sobre o valor da saca de soja. Em cruzeiros, considerando-se a safra de soja do Rio Grande do Sul no ano passado, isso significaria a quantia de Cr\$ 53 milhões e 250 mil. É fácil constatar: na safra de 77/78, o estado colheu 9 milhões de toneladas de soja, sendo o preço médio da tonelada cotado a Cr\$ 3 mil e 500, o que deu um total de 35 bilhões de cruzeiros. Se todos os produtores se utilizassem dos adiantamentos do Governo Federal (e, para isso, seria obrigatório o pagamento da taxa de classificação), o ministério arrecadaria, só com a taxa, aproximadamente Cr\$ 133 milhões. Acontece, porém, que apenas 40% da safra passada recebeu adiantamento do governo. Isso significa que, caso a lei tivesse entrado em vigor naquele ano, os produtores iriam recolher aos cofres do governo, a título de taxa pela classificação do produto, um valor em torno de Cr\$ 53 milhões e 250 mil.

Diante da posição defendida pelos presidentes da Cotrijuí e da Cooperativa de Não Me Toque, contrária à lei, sabe-se, oficialmente, que o Governo resolveu suspender, pelo menos por este ano, a retomada do serviço de classificação. Dessa forma, os produtores não terão que pagar qualquer taxa pela classificação do produto para o mercado interno, que continuará sendo feita pelas cooperativas.

Quanto à taxa de classificação da soja para exportação, dessa ninguém escapa. O governo exige que o laudo técnico da classificação seja feito pela firma suíça *Superweiss*, considerada a única habilitada pelos compradores internacionais.



A classificação das cooperativas nunca deu problemas

# SEPÉ TIARAJU: DA HISTÓRIA À FICÇÃO

Deonísio da SILVA



O livro de Alcy Cheuiche, *SEPÉ TIARAJU, ROMANCE DOS SETE POVOS DAS MISSÕES*, apesar do título desajeitado, é de leitura interessante e vem coberto de elogios de um grande estudioso de Sepé Tiaraju e da República Guarani, o padre Clovis Lugon, autor do clássico *A REPÚBLICA COMUNISTA CRISTÃ DOS GUARANIS*.

Não é novidade entre nós o romance histórico, isto é, aquele romance, cujo enredo e cujos personagens são extraídos da matéria histórica. José de Alencar, o fundador do romance brasileiro, entregou-se ao gênero e legou-nos obras peculiares, como *O GUARANI*, *IRACEMA*, *UBIRAJARA*, para citar algumas. Em todos eles pode-se verificar a sua tendência de busca de uma literatura nacional. No caso, a procura de tal literatura encontrou no índio o persona-

gem ideal para simbolizar a resistência e sintetizar uma espécie de sumo brasileiro, na medida em que o romancista, pondo-se ideologicamente ao lado do índio, opunha-se a outros modelos estéticos que o desprezavam. Assim, todo o esforço de José de Alencar é no sentido de apresentar o índio como belo, puro, forte, livre, etc. Sabemos a que equívocos essa concepção levou nosso arauto do romance. Em *O GUARANI*, para citar um exemplo, temos, como bem observou Nelson Werneck Sodré, um inglês emplumado e não um índio verdadeiro. Além do mais, tanto Peri como Ceci e todos os outros personagens indígenas comportam-se como brancos, defendem sentimentos e extratos ideológicos do colonizador, de modo que se pode afirmar, sem perigo de erro, que o olhar que José de Alencar lança sobre o índio que habitava essas paragens é um olhar deformado, estrábico, coberto de catarata, hoje em dia uma doença muito comum nas nossas assim chamadas elites culturais.

A *REPÚBLICA GUARANI*, que durou 150 anos, atravessando o século XVII e, parte do XVIII, foi fundada pelos padres jesuítas. Sepé Tiaraju virou herói por obra e graça de alguns espíritos que desconhecem a História desta República, da resistência indígena e da destruição de que foram vítimas os índios. Um herói terá certamente várias faces ou máscaras. Dependendo das circunstâncias e da interpretação que se lhe dá, pode servir a bons propósitos. Entretanto, os que gostam de criar heróis pelo menos deixem a História em paz, quando é o caso. Atribuir, por exemplo, façanhas que a História desmente, ou quando muito não comprova, deixa em situação difícil aquele que se quer louvar.

Alcy Cheuiche não cai neste erro. Seu romance fica aquém de alguns

relatos históricos que tratam da figura de Sepé Tiaraju. Se se pode observar certo ufanismo em torno da mítica iconografia, é certo que tal deslumbramento não ultrapassa aqueles limites que podem ser encontrados na História. O que a obra consegue, e isso parece ser importante, é o despertar de certa simpatia do leitor pela causa indígena. Funciona assim, também, como um livro provocador. Feita a leitura desse romance, o leitor que pouco conhece do périplo guarani nesta parte do Brasil, sente vontade de ler outros livros que tratem de tema tão interessante.

O autor não desconhece o genocídio perpetrado contra os índios e em seu romance gasta páginas e mais páginas fazendo referências à crueldade mortal dos *civilizados* contra os *bárbaros*. O leitor logo fica sabendo que, ou faz uma revisão semântica, ou fica compreendendo muito bem em que consiste essa nossa civilização. Em se tratando dos índios, o que houve, muitíssimas vezes, foi uma "sifilização" provocada pelos colonizadores.

Livro curioso. Não se pode, entretanto, classificá-lo como romance, pelo menos se atendermos aos critérios que em teoria da literatura se usa para classificar os gêneros literários. Alguém já disse que romance é tudo aquilo a que o autor dá o nome de romance, mas não é bem assim. Um romance tem estruturas definidas que o diferenciam de outros textos. Não é o caso de tratar dessa diferenciação aqui, bastando por ora dizer que, romance ou não, o livro de Alcy Cheuiche merece ser lido. Além do mais, os gêneros literários estão aí para ser rompidos, vez que não passam de carimbos, quase sempre outorgados pelo poder, delimitando o poder de quem sabe escrever.

Em todo caso, vem aí o filme de Sílvio Back, *REPÚBLICA GUARA-*

*NI*, documentário que tratará deste e de outros personagens da História acontecida nestes trópicos, que às vezes parecem tão tristes, e é certo que neste filme encontraremos um painel amplo e tão profundo quanto possível das circunstâncias que envolveram a fundação, crescimento e morte desta república que merece do Pe. Clovis Lugon tantos louvores. Diz ele que ela era muito comunista para os cristãos burgueses e muito cristã para os comunistas da época burguesa, de resto uma opinião que, ao menos subliminarmente, é endossada por Cheuiche neste romance. Acresce ainda que os franceses são sempre dados a brilhosos jogos retóricos e o Pe. Clovis Lugon não foge à regra. Podendo, de vez em quando, ao longo de seu livro sobre os guaranis, lavrar frases de efeito, bonitas, mas de comprovação difícil, às vezes, na historiografia, oficial ou não.

Há hoje muita gente estudando a República Guarani. No Brasil, na Argentina, no Paraguai, na Suécia, nos Estados Unidos, etc., muita gente se debruça sobre essa experiência inédita, à procura de um estudo que revele alguns enigmas. Sem contar aqueles que já a estudaram, como, para citar somente algumas figuras gaúchas, Moisés Vellinho, Guilhermino César, Arthur Rabuske, Ruy Ruschell e outros que ainda estão cobertos pelo silêncio editorial. Recentemente o poeta Armino Trevisan publicou um livro sobre a escultura guarani produzida sob a égide jesuítica. A meu ver, tanto Armino Trevisan quanto Alcy Cheuiche cometem um erro comum, que é o de imprimir às figuras e feitos que observam um olhar a priori laudatório, esquecendo-se de dar a devida atenção a outros nuances da realidade observada. Por isso, mais do que o que esses discursos revelam, devemos, quem sabe, dar atenção ao que encobrem.

## PALAVRAS DOCES

João Roberto VASCONCELLOS

O anedotário gaúcho é muito rico em personagens e situações, e todo mundo deve conhecer a história do Simplício, morador do passo do capincho, que foi namorar pela primeira vez, com a Jacintha, filha do compadre Ponciano. O vivente, na época com dezoito anos e xucro barbaridade, se meteu numa bombachas brancas, dessas com carreira de botões nos lados da perna e viajou duas léguas e meia no cavalo gateado cevado a milho. Lá chegando, apeou da montaria e foi cumprimentar a familhada da moça, na base do toque na mão, uma batidinha suave no ante-braço e um leve aperto de mão na volta desse movimen-

to, com a pergunta "como le vai". Para os mais velhos, um ligeiro comentário sobre o tempo.

Na primeira oportunidade a sós, na sombra de uma figueira, o Simplício lascou para a Jacintha: rapadura, caramelo, doce de batatas, açúcar mascavo, ambrozia, mel de abelha, rapadurinha de amendoim...

A rapariga acariciou a transa, fez um ar de riso e depois, com a timidez que Deus lhe deu, se encheu de coragem e perguntou: O que é isso?

— Ué, palavras doces. Minha madrinha Cidóca disse que a gente namora falando palavras doces.

E realmente a vida está cercada de palavras doces, que geram simpatia, abrem portas e acabam dando força nas mais diferentes atividades.

E nem precisa forçar a cuca para encontrar exemplos.

"Bicho" é palavra doce para jogador de futebol; "Comissão", deixa o vendedor feliz; "Nota Dez" estimula o estudante; "Vale" dá alegria ao assalariado, da mesma forma que "Gorjeta" faz garção se redobrar em gentilezas.

Presentemente temos um exemplo de sacarose verbal (e, ou escrita) levada a efeito por uma empresa açucareira, que mesmo sendo sociedade anônima, embestou de ser cooperativa, na tentativa de usufruir os benefícios do setor. Querem adoçar o sistema. Pena que vai acabar juntando formiga num esquema que tem por objetivo o homem.

Claro que a história nunca diz exatamente o que se passa na retaguarda da própria história, e nunca saberemos que palavras doces foram utilizadas para o projeto de lei 5727 fosse encaminhado em pleno recesso do Congresso, com o carimbo de "URGENTE" para ser votado na reabertura dos trabalhos, com as bancadas reformuladas e a casa em arrumação por causa das eleições.

Agora, é o cooperativismo brasileiro que deseja ouvir a palavra doce "NÃO" da boca dos nossos legisladores.

Acredita-se que já no parecer das comissões, a coisa vai começar a se alinhar pelos caminhos da consciência e da descência. É uma questão de vida ou morte para uma doutrina que visa estabelecer uma justiça social compatível com o trabalho e a produção de milhões de brasileiros cooperativados.

# PREÇO MÍNIMO É DE Cr\$ 324,00

## Cálculo oficial não satisfaz produtores

O Governo, através da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), fixou o preço mínimo do trigo em Cr\$ 324,00 a saca de 60 quilos, a ser pago ao produtor, durante a safra de 1979. Levando-se em consideração o preço do ano passado, que foi de Cr\$ 249,00 a saca, pode-se concluir que houve um reajuste de 30,12 por cento, reajuste este que, sem dúvida, é insuficiente e desestimulante.

Os novos preços anunciados ficam muito abaixo do estimado pelo nosso Departamento Técnico. Um estudo realizado pelo Setor de Planejamento e Projetos demonstra a necessidade de ser paga ao produtor a quantia de Cr\$ 412,80 pela saca de 60 quilos.

Para o cálculo do preço necessário ao trigo, adotou-se uma taxa de lucratividade de 30 por cento, conforme determinação do Estatuto da Terra. Essa taxa é estipulada sobre a soma de todos os custos, excetuado o Funrural, cuja taxa é de 2,5 por cento.

O custo por hectare indica um valor de Cr\$ 8 mil 258, que, dividindo-se pelo preço mínimo fixado, Cr\$ 324,00 a saca, exigirá uma produtividade de 25 sacas por hectare, produtividade esta, sem dúvida, extremamente difícil de ser alcançada.

Para constatar isso, basta ver a retrospectiva da produção de trigo no Estado, que demonstra total instabilidade: de 900 quilos por hectare (15 sacas/ha) em 1976, caiu para 416 quilos por hectare (7 sa-



Trigo: preço mínimo não estimula o produtor

cas/ha), em 77.

Na última safra, a produtividade elevou-se para 1 mil 100 quilos por hectare (18,5 sacos/ha). A média dos últimos dez anos situa-se ao redor de 780 quilos por hectare, ou seja, 13,5 sacas por hectare.

Como se vê, a produtividade média *realmente* obtida no Rio Grande do Sul fica bem abaixo do índice utilizado pelo governo para a fixação do preço mínimo.

As adversidades climáticas, juntamente com as doenças fúngicas e as pragas, não tem proporcionado ao tricultor níveis de produtividade suficientes para garantir, no mínimo, o retorno do capital investido.

Com a fixação deste novo preço mínimo, os órgãos representativos das classes dos produtores deverão demonstrar, e até mesmo exigir, a imperiosa necessidade de estabelecer em 60 por cento os níveis de financiamento de custeio para a formação da lavoura, objetivando, pe-

lo menos, amenizar o já por demais combalido bolso do produtor nos custos de produção.

O quadro de compromissos bancários, sem contar com os inevitáveis prejuízos da atual safra de soja, demonstra a real situação dos produtores:

**Trigo (safra 77) — Cr\$ 450,00/ha.** Já foram quitados dois pagamentos, restando ainda duas parcelas: uma a vencer em 31 de julho, no valor de Cr\$ 112,50 por hectare. E a outra, com vencimento marcado para 15 de janeiro do ano que vem.

**Soja (safra 77) — Cr\$ 225,00/ha,** para ser quitado em dois pagamentos: o primeiro, também a 31 de julho, no valor de Cr\$ 112,50 por hectare. E o segundo, com vencimento marcado para 31 de julho do ano que vem, também no valor de Cr\$ 112,50 por hectare.

Além destes compromissos, há, somente com repasse da Cooperati-

va, os débitos de:

Trigo (frustrado safra 77): Cr\$ 8 milhões 51 mil 276

Soja (frustrado safra 77/78): Cr\$ 10 milhões 52 mil 515

A vigorar os critérios descritos anteriormente, teríamos como estimativa de custo para formação de 1 hectare de trigo, as seguintes rubricas\*:

1. Semente:	
105 kg a Cr\$ 387,96 a saca de 60 kg . . . . .	Cr\$ 678,93
2. Fertilizantes:	
300 kg da fórmula 9-33-12 a Cr\$ . . . . .	5.400,00/t. . . . . Cr\$ 1.620,00
3. Defensivos:	
0,1 kg de Pirimicarb a Cr\$ 568,21/kg . . . . .	Cr\$ 56,82
1,0l. de Monocrotophos 10%, mais Canfeno Clorado 40% a Cr\$ 131,28/kg . . . . .	Cr\$ 131,28
4. Trabalhos Culturais:	
4.1 — Lavração	Cr\$ 296,80
4.2 — Gradeação	Cr\$ 265,94
4.3 — Semeadura	Cr\$ 118,69
4.4 — Tratamentos	Cr\$ 131,08
. . . . .	Cr\$ 812,51
5. Colheita. . . . .	Cr\$ 408,89
6. Transporte. . . . .	Cr\$ 114,50
TOTAL CUSTO/ha . . . . .	Cr\$ 3.822,00

Se, realmente, a meta do Governo é a autosuficiência em trigo, o que significa diminuir sensivelmente o déficit de nossa balança de pagamentos, ao eliminar vultuosas importações de farinha, o preço fixado em nada servirá de estímulo para que os produtores aumentem, significativamente, suas áreas de plantio.

\* Todos os preços aqui colocados são estimados, ainda sujeitos a confirmações.

\*Engº Agrº Paulo Roberto da SILVA

## As Abelhas e a Polinização

Pedro KOLLAS

As abelhas, além da produção do mel e cêra, desempenham uma função de grande importância na polinização ou fecundação das flores, garantindo a perpetuação de espécies vegetais e particularmente aumentando a produção de sementes e frutas.

A polinização é tão antiga quanto a existência das próprias plantas. Cabe às abelhas a responsabilidade de agente número um na polinização das flores, que pode ser realizada na mesma flor ou em outras da

mesma espécie, pois as abelhas executam este trabalho, sem notar que o realizam.

Voam de flor em flor e transmitem o semem da fecundação para dar frutas e sementes.

Um aumento de 10 a 100 por cento pode ser obtido na produção de frutas e sementes, através de uma polinização planejada e dirigida com abelhas, principalmente nas grandes áreas de culturas especializadas, onde a polinização representada pelos outros agentes é elimi-

nada com a aplicação dos inseticidas.

O serviço de polinização pelas abelhas é natural porque não foi programado por elas, mas é um dos mais importantes fenômenos da natureza, equivalendo a garantia da perpetuação de espécies vegetais. Seu valor é muitas vezes superior a própria produção de mel.

Uma colméia ou colônia de abelhas com população normal, produzindo Cr\$ 100,00 em mel, está produzindo um equivalente a Cr\$ 10 mil em

sementes e frutas.

Mais de 45 espécies de frutas, forrageiras e hortaliças, para produzirem economicamente, estão dependendo em maior ou menor proporção da polinização feita pelas abelhas, considerando que os outros agentes de fecundação, com exceção do vento, ficam automaticamente eliminados com o tratamento das culturas, porque não estão dentro do programa de proteção — como é o caso das abelhas.

Os agentes naturais de fecundação estão condenados ao desaparecimento com a racionalização da agricultura, pelo aumento das áreas de cultu-

ras, desmatamento, abertura de novas estradas, e, principalmente, pela aplicação sistemática dos inseticidas, que destroem os insetos indesejáveis como também os outros, desejáveis. Nas áreas de agricultura racional, aproximadamente 80 por cento da polinização depende das abelhas.

Relação de algumas culturas para frutas e sementes, que dependem da polinização pelas abelhas:

**Frutas** — Maçã, pera, cereja, pêssego, castanha, ameixa, amendoa, manga, cacau, amora, videira.

**Sementes** — Alfafa, linho, trevo, algodão, cebola, melancia, pepino.

## PRODUTOR: CUIDADO COM OS ANIMAIS DE EXPOSIÇÃO

Um dos problemas que mais transtornos causa aos reprodutores de nossa pecuária, quer bovinos ou ovinos, principalmente quando confinados (raionados), é a baixa fertilidade produtiva, muitas vezes de difícil ou tardia recuperação. Uma vez atingido o epitélio seminífero, depois de retirada a causa, esses animais demoram no mínimo 60 a 90 dias para se recuperarem, sendo administrado um tratamento eficaz à base de diminuição da ração (dieta controlada) e longo tratamento fisioterápico e vitamínico.

É de alta incidência a queda de fertilidade em reprodutores que são preparados para exposição, pois muitas vezes seus proprietários, querendo melhorar o estado físico (estética) de seus animais, prejudicam inconscientemente a sua função econômica, isto é, a reprodução.

Para exemplificar, citamos a ocorrência de 25% de degeneração testicular em reprodutores bovinos adquiridos em exposições, com estado clínico

geral ótimo, mas seu sêmem com índice de Patologia Espermática superior a 60%, refletindo diretamente em sua fertilidade. 80% dos pecuaristas que adquiriram esses reprodutores, não puderam usá-los para reprodução nessa temporada de monta natural ou inseminação artificial.

Em ovinos, citamos o caso de um carneiro de raça Merino Australiano, de 2 anos de idade, tatuagem 1334, adquirido pela Parceria Agro-Pecuária Silva Ltda, na Expointer-78, que se apresentou com Anúria (sem urinar) e se constatou através de tratamento clínico a presença de URÓLITOS (cálculo uretral). Esse carneiro foi submetido a uma cirurgia de urgência, encontrando-se com obstrução total da uretra (mais ou menos duzentos cálculos) ficando ainda obstruída na altura da uretra pelviana, com grande aglomeração de urólitos.

Esse animal não serviria mais para a reprodução, que seria a sua função econômica.

Efetuiu-se o desvio do fluxo urinário através de uma

sonda de borracha, ligando diretamente a vesícula urinária com o meio externo.

A cirurgia foi feita com a finalidade de prolongar a vida do animal, para efetuar sua devolução à cabanha de origem (no Uruguai).

Mais tarde, esse mesmo animal foi sacrificado, pois já estava apresentando cálculos renais, e, como não teria mais significado econômico, não havia razão de mantê-lo vivo.

Com o exposto, concluímos que esse carneiro foi submetido a uma longa dieta com rações ricas em sais minerais, não comendo verde, nem fazendo exercício, o que determinou esse quadro.

Esse trabalho tem por objetivo, alertar aos produtores (tanto vendedores como compradores), salientando que o animal a ser vendido ou adquirido, tenha por finalidade econômica principal reprodução, e não somente embelezar os olhos de quem adquire, pela sua estética. De nada adianta a beleza exterior, se o animal não estiver apto a reproduzir.

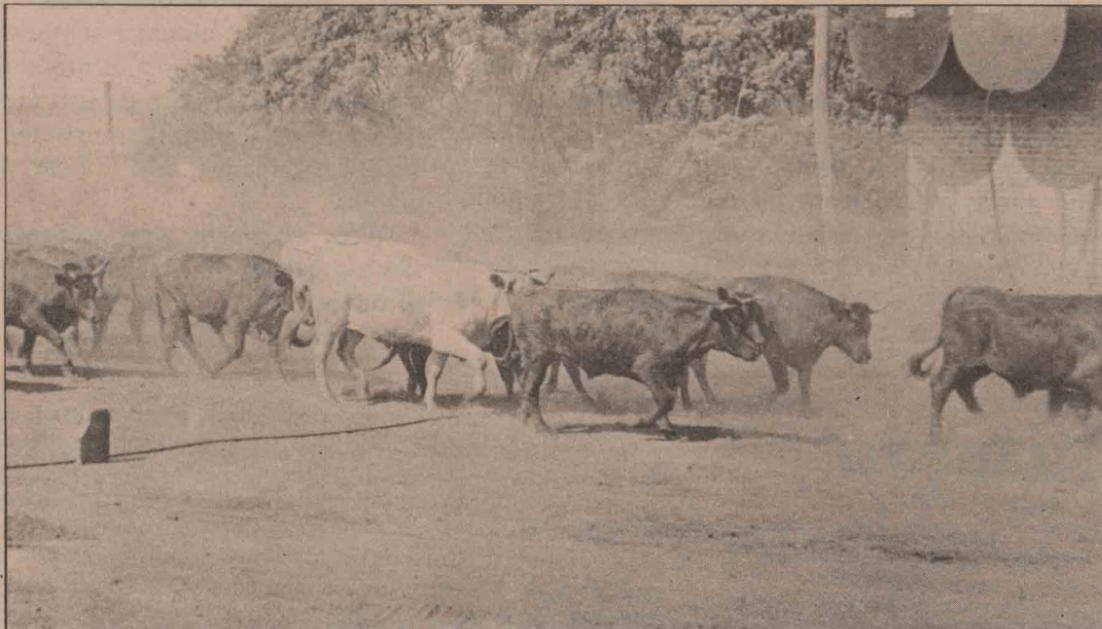


Vesícula urinária repleta de urina, por obstrução de cálculos uretrais. Observa-se a necrose da glândula, também devido à obstrução, impedindo o fluxo normal da urina.



O animal, após a cirurgia, já com desvio do fluxo urinário através de uma sonda de borracha.

## ENGORDA DE NOVILHOS NA REGIÃO DE IJUÍ



O lote de novilhos sendo conduzido para embarque.

No início desse mês, foram embarcados em Ijuí 132 novilhos precoces, destinados ao abate no frigorífico da COTRIJUI em Dom Pedrito. Esses animais, adquiridos na Feira do Terneiro de 1977, foram terminados na Fazenda Cambará (Ijuí), de propriedade do associado Alceu Carlos Hickenbick.

Após pesados, se constatou uma média de peso por animal, de 440 quilos, totalizando

o rebanho, 56 mil, 201 quilos. Os novilhos, informou o criador, tinham idade média de 2 anos e meio, e só não atingiram melhor média de peso, devido a prolongada seca que prejudicou as pastagens de verão.

Dos diversos carregamentos de novilhos feitos dessa região para abate em Dom Pedrito, esse foi o maior em número e peso. A atividade pecuária, depois da realização dos con-

ursos de novilhos precoces instituídos e realizados pela COTRIJUI, recebeu incremento considerável na região pioneira de atuação da cooperativa, sendo muito os produtores rurais que hoje diversificam suas atividades introduzindo pastagens em suas propriedades. No caso da propriedade citada, 400 ha destinam-se à pecuária, em especial terminação de terneiros.

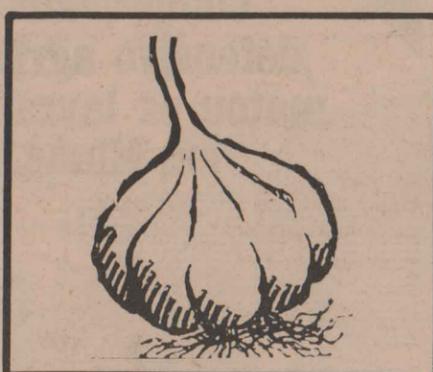
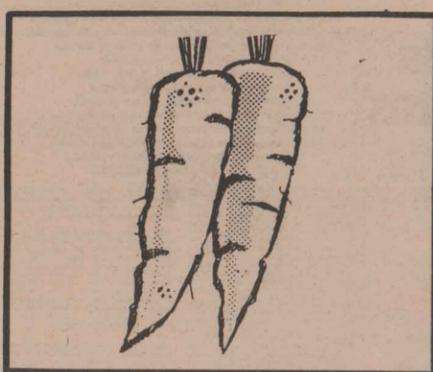
## FEIRAS DE TERNEIRO

A Secretaria da Agricultura, com a colaboração de cooperativas e entidades ligadas à pecuária gaúcha, realizará este ano mais uma etapa da Feira do Terneiro Rio-grandense. Como das vezes anteriores, o Departamento Técnico da COTRIJUI está credenciado a receber as inscrições, tanto de vendedores como de compradores de terneiros, bem como a fornecer as informações que venham a ser solicitadas.

### CALENDÁRIOS DE FEIRAS

LOCAL	Período de Inscrição vendedores	Período de Inscrição compradores	Data de realização
Esteio	20/01 a 20/3	20/01 a 30/3	14 a 16/4
Rosário do Sul	20/01 a 20/3	20/01 a 30/3	18 a 20/4
São Borja	20/01 a 20/3	20/01 a 30/3	21 a 23/4
S. Fco. de Paula	20/01 a 20/3	20/01 a 30/3	03 a 05/5
Palm. Missões	20/01 a 20/3	20/01 a 30/3	05 a 07/5
Vacaria	20/01 a 20/3	20/01 a 30/3	07 a 09/5
Erexim	20/01 a 20/3	20/01 a 30/3	12 a 14/5
Pelotas	20/01 a 20/3	20/01 a 30/3	17 a 19/5
Júlio de Castilhos	20/01 a 20/3	20/01 a 30/3	22 a 24/5
Bagé	20/01 a 20/3	20/01 a 30/3	26 a 28/5
Santa Maria	20/01 a 20/3	20/01 a 15/5	30/5 a 01/6
Espumoso	20/01 a 20/3	20/01 a 15/5	05 a 07/6
Ijuí	20/01 a 20/3	20/01 a 15/5	09 a 11/6
Santo Ângelo	20/01 a 20/3	20/01 a 15/5	16 a 18/6
Santa Rosa	20/01 a 20/3	20/01 a 15/5	20 a 22/6
Carazinho	20/01 a 20/3	20/01 a 15/5	25 a 27/6

# A LAVOURA NO MÊS



**FEIJÃO:** O mês de fevereiro é o limite máximo para plantio de feijão da chamada "safrinha", sendo que as culturas já correm o risco de sofrerem algum frio ou geada precoce neste outono. Caso perdurem as condições de estiagem, certamente não será mais possível o cultivo de feijão para este período e será necessário esperar até o mês de agosto e setembro, o período ideal para o cultivo da safra.

**CENOURA:** Com essa seca, o solo apresentando baixa umidade, fica difícil o cultivo da cenoura, pois é preciso evitar deformações

nas raízes. Para que a cenoura possa se desenvolver com boas condições e maior valor cultural, somente devem ser escolhidas áreas com solo fértil e leve, que preferencialmente possuam água disponível para a irrigação, quando necessário.

**ALHO:** O cultivo do alho é iniciado nos meses de fevereiro e março sendo as sementeiras preferencialmente em fins de março e abril. É importante lembrar que as etapas que antecedem a sementeira são fundamentais ao êxito da lavoura. Assim, o preparo do solo com completo destorramento facilita e bene-

ficia a germinação. Igualmente, incorporar matéria orgânica (esterco ou restos vegetais) também contribui para um melhor comportamento da lavoura. Insistimos que todos que forem cultivar o alho devem estar preocupados com estas condições, pois do contrário estarão iniciando a sua lavoura de maneira deficiente e com reflexos negativos na produção.

**CEBOLA:** O cultivo de cebola para o consumo doméstico é prática usual em grande número de propriedades, sendo que seu cultivo inicia

no mês de março, quando é realizada a sementeira, para posterior transplante. As variedades que melhor se adaptam à nossa região são *Baia Periforme* e a *Rio Grande*, sendo que a cooperativa disporá destas sementes em seus supermercados e postos.

Os preços ainda não estão fixados, mas sabe-se que este ano a cebola semente estará com cotação bastante elevada, em função da produção de sementes ter sido muito afetada pelo clima ocorrido na fase final de seu ciclo, ou seja, o mês de novembro.

## REGIÃO NORTE POSSUI RECOMENDAÇÕES PARA TRIGO

Transcorreu de 16 a 19 de janeiro, em Dourados, no Mato Grosso do Sul, a V Reunião da Comissão Norte Brasileira de Pesquisa de Trigo. A reunião foi coordenada pela UEPAE/Dourados-EMBRAPA e teve por objetivo discutir os resultados obtidos em 1978 e fazer as recomendações para a próxima safra.

Estiveram presentes na reunião técnicos do CNPT-EMBRAPA, Passo Fundo-RS; EPAMIG, Minas Gerais; UEPAE/Dourados - EMBRAPA; IAC de São Paulo; CPATSA-EMBRAPA de Petrolina-PE; IPB, Maringá-PR; CATI de São Paulo; EPABA, Bahia; IAPAR de Londrina-PR; CNPSO-EMBRAPA de Londrina-PR; OCEPAR do Paraná.

Foram apresentados os resultados dos ensaios ou experimentos das instituições presentes nas áreas de sanidade, me-

lhoramentos e sementes, difusão de tecnologia, solos, ecologia, fisiologia e técnicas culturais. Após a apresentação e discussão foram realizadas as recomendações para a próxima safra tritícola para a região norte do Brasil.

### NOVAS CULTIVARES

Como resultado dos trabalhos de melhoramento genético realizados pelos pesquisadores, foram lançadas 3 novas cultivares de trigo. A cultivar NAMBU foi criada pela OCEPAR e recomendada para a zona norte do Paraná e em 76 e 78 teve uma produção média de 1780 kg/ha, ou seja, 96% em relação às testemunhas INIA F-66 e/ou Maringá. O Centro Nacional de Pesquisa de Trigo - EMBRAPA de Passo Fundo, lançou 2 cultivares para a zona com alumínio do oeste do Paraná. A cultivar BR 1, em 1976, 77 e 78 produ-

ziu em média 1780 kg/ha, 1% a mais que as testemunhas BH 1146 e/ou Maringá. Quanto a BR 2, a produção média no mesmo período foi de 1600 kg/ha e 4% menos que as testemunhas citadas. Estas cultivares foram lançadas com o objetivo de diversificação na região.

Foi dedicado um cuidado muito especial quanto às recomendações das cultivares de acordo com as regiões tritícolas e segundo os solos, principalmente em relação ao alumínio e à fertilidade.

Na reunião foram discutidas e apresentadas as recomendações de produtos, doses e épocas de aplicação de fungicidas e inseticidas para o trigo de acordo com os resultados obtidos nos experimentos realizados pelas entidades de pesquisa.

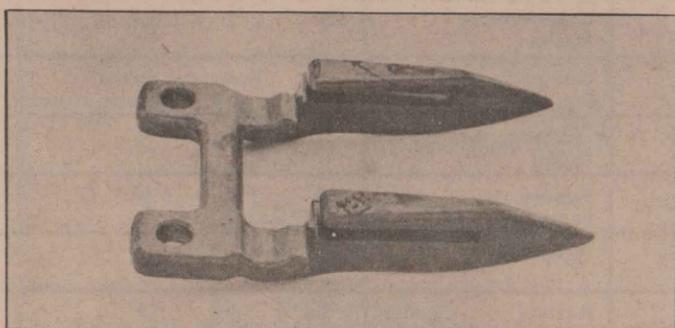
Devido ao grande prejuízo causado pela lagarta de solo *Elasmo* nessa região,

criou-se uma comissão que visa estudar de forma objetiva o controle da praga, assim como promover recursos, ensaios e dados para execução deste projeto. Nas reuniões subsequentes já devem ser apresentados resultados, mesmo que parciais. Estes trabalhos se desenvolverão com controle biológico, controle através de práticas culturais, controle químico e estudo sobre o *Elasmo*.

Toda esta tecnologia gerada pelas diversas entidades de pesquisa necessita chegar até o agricultor. Para tanto, ficou estabelecido a intensificação do treinamento de assistência técnica, mediante duas programações específicas:

- 1) apoio à assistência corrente, mediante treinamento regional programado;
- 2) apoio à assistência técnica de liderança, com estágios de técnicos.

## MAIOR PRODUÇÃO COM MENOR CUSTO



Produzido por:

**maxiforja s.a.**  
forjaria e metalurgia  
Canoas - RS.

Foi lançado no mercado brasileiro o dedo de corte duplo para colheitadeiras forjado em aço, que representa um avanço tecnológico que coloca o Brasil ao nível dos outros países do mundo.

A maior resistência a batidas, ausência de navalha postíca e a alta resistência ao desgaste, significam maior número de colheitas sem problemas de manutenção.

O corte é suave e preciso, significando menor esforço no sistema de acionamento. No corte de palhas finas (trigo, arroz etc.) não há embuchamento e no corte de hastes grossas (soja) a maior resistência significa mais safras sem substituição.

Utilizável nas seguintes máquinas: Massey & Fergusson, SLC, CLAYSON - New Holland, VASSALI Sta. Matilde (necessita calço 6mm), IDEAL, e implementos - Flexibar, Dabriflex

Em Porto Alegre: REGULY SELK - Comercial S/A  
Av. Farrapos, 2840 - Fones: 42.80.03, 42.80.91 e 42.32.98  
Carazinho: PROTER  
Cerro Largo: COMERCIAL BUSSE  
Ijuí: ALBERTO SABO & IRMÃO  
Santa Rosa: COTRIROSA

REVENDEDORES: Na Região:

# MORTE NA LAVOURA

Dia 6 de fevereiro, deu entrada no hospital São Vicente de Paula (Cruz Alta), em estado de coma (totalmente inconsciente), o rapaz Anselmo Cavalheiro da Silva, de 16 anos, filho de agricultores da localidade de Rincão dos Vales, município de Cruz Alta.

Na segunda-feira, um dia antes de entrar em coma, Anselmo tinha pulverizado uma lavoura com máquina manual, conforme contaram seus pais, Sebastião da Silva e Onina Cavalheiro da Silva. Na hora da pulverização, Anselmo estava sem camisa e sem qualquer tipo de proteção. Naquele mesmo dia, à noite, ele começou a sentir tonturas, dor de cabeça e falta de ar. Quando amanheceu a terça, ele estava tão mal que foi levado às pressas para o hospital, onde já entrou inconsciente.

"O paciente chegou ao hospital em estado de pré-coma, com risco de vida total, apresentando sintomas de tensão, ansiedade, confusão mental, convulsões e tremores", disse o médico que o atendeu, Ilo Cunha.

Depois de muito sofrimento por parte da família e dos amigos — e muito trabalho para os médicos —, Anselmo, no dia 12, começou a dar sinal de vida e tudo indicava que iria se recuperar.

O médico Ilo Cunha, após fazer o primeiro exame no rapaz, advertiu: "Os agricultores devem usar máscaras, luvas, e devem estar vestidos ao pulverizar defensivos".

## ONZE MORTOS EM MINAS

Mas não foi só aqui no Rio Grande que os defensivos trouxeram problemas para os trabalhadores rurais. Em Minas Gerais a coisa foi bem pior.

O jornal paulista *Em Tempo*, que circula uma vez por semana em todo o país, traz, na sua edição nº 42 (18 a 23/12/78), uma reportagem sobre a morte de onze lavradores mineiros que trabalhavam na fazenda Colina, no município de Ribeirão das Neves, cidade próxima a Belo Horizonte, capital de Minas Gerais.

Segundo o médico Washington L. Tafuri, entrevistado pelo jornal, os lavradores morreram todos por intoxicação. E o tóxico, no caso, foi um dos quatro defensivos agrícolas usados na fazenda. Além dos 11 mortos, outros doze trabalhadores rurais e suas famílias, todos na mesma fazenda, apareceram de um ano para cá com fortes dores nas pernas e na cabeça.

No início, como não se conhecia ainda a causa da doença, ela foi batizada pelo pessoal da região como *Mal de Neves*. Agora, depois do exame feito pelo médico Washington no corpo do lavrador Cristóvão Damasceno, que trabalhava na fazenda e morreu dois dias depois de sentir os primeiros enjoos, ninguém mais na região acha que a doença é o *Mal de Neves*. Todos estão convencidos de que o motivo das mortes foi mesmo o uso de defensivos.

A seguir, publicamos um resumo da reportagem trazida pelo jornal *Em Tempo* sobre os defensivos:

*Um laudo médico assinado pelo anátomo-patologista Washington L. Tafuri, da Universidade Federal de Minas Gerais, prova que as mortes de onze lavradores e*

EXCLUSIVO

Finalmente laudo médico esclarece o verdadeiro Mal de Neves: Bayer, Shell, Rhodia, etc.

## Comprovado: defensivo agrícola matou os lavradores em Minas.

Um laudo médico assinado pelo anátomo-patologista Washington L. Tafuri, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, prova que as mortes de onze lavradores e suas famílias ocorridas na Fazenda Colina no município de Ribeirão das Neves e de dez lavradores foram mesmo causadas por defensivos agrícolas — produtos químicos usados na lavoura.

O registro de necropsia, que leva o número 19.570 e o timbre da Faculdade de Medicina, no caso de Anselmo Cavalheiro da Silva, o documento oficial que Cristóvão Damasceno levou dos médicos de que se convenceu: "Chama de Mal de Neves a doença de legatim e nefrose tóxica exógena. Tem que estar: situação clínica demandada por graves alterações, principalmente no fígado e nos rins, provocada por intoxicação vinda de fora.

Na fazenda 21 marcas diferentes

Embora o laudo de Tafuri não indique especificamente qual foi o agente externo causador da morte de Anselmo Cavalheiro da Silva, o documento aponta para o uso de defensivos agrícolas — produtos químicos usados na lavoura.

Em julho deste ano, o médico Pedro Lúcio Tavares Ramos — funcionário da Secretaria de Saúde de Minas Gerais — informou ao Núcleo de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde de Minas Gerais de ocorrência de uma doença não diagnosticada, causadora, sob o aspecto clínico, de morte de cinco trabalhadores da Fazenda Colina de propriedade da empresa Sermeco S/A.

Em geral, as mortes aconteceram aproximadamente dois dias após o acontencimento da doença, e as vítimas apresentavam um quadro final característico por desidratação e coma.

Foram feitos todos os exames de laboratório de rotina desde os de sangue, urina, líquido cefalorraquidiano, hemograma, testes de função hepática, bacteriologia de fezes e urina, até os análises toxicológicas, realizadas na Faculdade de Medicina e no Instituto Médico Legal de Belo Horizonte. Estes últimos foram os decisivos para

Finalmente laudo médico esclarece o verdadeiro Mal de Neves: Bayer, Shell, Rhodia, etc.

Numa fazenda em Ribeirão das Neves, próximo a Belo Horizonte, 23 lavradores e familiares apareceram de um ano para cá com dores nas pernas e na cabeça. E 11 deles morreram dias depois de sentir os sintomas dessa doença, que logo foi batizada de Mal de Neves.

Meses atrás o caso veio à tona e o responsável apontado logo de cara: era o uso de defensivos agrícolas — produtos químicos usados na lavoura.

Mas até hoje nada ficou provado, pois os interesses das multinacionais do setor químico estão em jogo. Agora em primeira mão, surge um laudo médico. O registro de necropsia de uma das vítimas o lavrador Cristóvão Damasceno.

A mesma versão é apresentada por José Damasceno, de 66 anos, que desabou: "70 dias de febre, de dor de cabeça, e não resolve nada. Eu perdi os dois — melhor, quatro filhos e um neto. Tudo porque depois de um certo tempo fui eu que comecei a sentir os sintomas dessa doença, que logo foi batizada de Mal de Neves.

Meses atrás o caso veio à tona e o responsável apontado logo de cara: era o uso de defensivos agrícolas — produtos químicos usados na lavoura.

Mas até hoje nada ficou provado, pois os interesses das multinacionais do setor químico estão em jogo. Agora em primeira mão, surge um laudo médico. O registro de necropsia de uma das vítimas o lavrador Cristóvão Damasceno.

Metidos na história: Governo, empresas multinacionais

Na época que se fazes emergiram com grande alarde na imprensa, o secretário estadual de Saúde de Minas, Francisco Neto Araújo, visitou ao Brasil para dar conta ao Ministro da Saúde de que acontecia em Neves. De volta a Belo Horizonte, Neto declarou que, mesmo que os exames não sejam totalmente satisfatórios, por motivos de segurança, foram tomadas providências. Pelo laudo médico assinado pelo anátomo-patologista Washington L. Tafuri, a doença é batizada de Mal de Neves.

O registro de necropsia, que leva o número 19.570 e o timbre da Faculdade de Medicina, no caso de Anselmo Cavalheiro da Silva, o documento oficial que Cristóvão Damasceno levou dos médicos de que se convenceu: "Chama de Mal de Neves a doença de legatim e nefrose tóxica exógena. Tem que estar: situação clínica demandada por graves alterações, principalmente no fígado e nos rins, provocada por intoxicação vinda de fora.

seus familiares, ocorridas na Fazenda Colina, no município de Ribeirão das Neves, a 40 quilômetros de Belo Horizonte, foram mesmo causadas por defensivos agrícolas — produtos químicos usados na lavoura.

O registro da necropsia, que leva o número 19.570 e o timbre da Faculdade de Medicina, só agora vem à tona, revelando por este semanário. O documento conclui que Cristóvão Damasceno morreu de hepatite e nefrose tóxicas exógenas. Isso quer dizer: situação clínica dominada por graves alterações, principalmente no fígado e nos rins, provocada por intoxicação vinda de fora.

Em julho deste ano (1978), o médico Pedro Lúcio Tavares Ramos — funcionário da firma Sermeco (Serviços Mecanizados de Engenharia e Construções S/A) — informou ao Núcleo de Vigilância Epidemiológica da Secretaria da Saúde de Minas Gerais a ocorrência de uma doença não identificada, causadora, até aquela época, da morte de cinco trabalhadores da Fazenda Colina, de propriedade da empresa. Nos meses seguintes, o total chegou a 23 vítimas, com registro de 11 óbitos. Em geral, as mortes aconteceram aproximadamente oito dias após o acontencimento da doença.

## SEIS VÍTIMAS SÓ NA FAMÍLIA

Com 40 anos, cor branca, nascido e residente em Ribeirão das Neves, Cristóvão Damasceno foi parar no Hospital Cícero Ferreira, dia 5 de setembro, e morreu no dia 10. Sua família, de 14 membros, perdeu seis de maneira semelhante.

Franklin José da Costa, 36 anos, foi o primeiro da série de 23 a morrer, no dia 17 de novembro de 1977. Deixou mulher grávida e dois filhos. Ela conta a morte do marido:

"Ele trabalhava na fazenda, furando covas e plantando o cafezeiro. Nunca reclamava de nada, era forte e de muita saúde. Só mesmo no dia que ele chegou da roça e não quis se alimentar, ele reclamou que estava sentindo muita dor nas pernas e na cabeça. Isso foi no dia 15. No outro dia, sentiu febre. Levei ele no farmacêutico aqui em Neves, e deram remédio pro fígado. Não deu nem tempo de internar. Não durou nada. No dia 17, já tava morto".

A viúva de Franklin levanta suas suspeitas: "Eu estou achando que o que matou meu marido só pode ser alguma coisa lá da fazenda. Porque então a coisa não atacou nós também, eu e os meninos?"

## ENVENENAMENTO POR PESTICIDAS NO BRASIL

ANO	LOCAL (Estado)	ESPECIFICAÇÃO	PESTICIDA	NÚMERO DE DOENTES	NÚMERO DE MORTES
1967 a 1970	São Paulo	Plantações de algodão	Principalmente Paration	329	103
1972 a 1973	Goiás	Plantações de algodão	Principalmente Paration	Praticamente toda população de 2 cidades com sintomas	
1974	R. G. Sul	Culturas de soja	Paration e Endrin	427	6
	R. G. Sul	Culturas de soja	Paration e Endrin	500	10
	Rio	Aplicação contra mosquito do lar	Diclorvos	5	3
1975	Goiânia GO	Aplicação contra piolhos	Paration	5	3
	Icó, CE	Água contaminada	Inseticida organofosforado	200	6
	Ibirapora Bahia	Alimentos contaminados	Aldrin	?	14

Tem que ser alguma coisa das plantas de lá".

A mesma versão é apresentada por José Damasceno, de 66 anos, que desabou: "Estou cansado de falar, de dar entrevista, e não resolve nada. Eu perdi foi seis — mulher, quatro filhos e um neto. Tudo porque depois de um certo tempo fui eu que comecei a sentir os sintomas dessa doença, que logo foi batizada de Mal de Neves.

Meses atrás o caso veio à tona e o responsável apontado logo de cara: era o uso de defensivos agrícolas — produtos químicos usados na lavoura.

Mas até hoje nada ficou provado, pois os interesses das multinacionais do setor químico estão em jogo. Agora em primeira mão, surge um laudo médico. O registro de necropsia de uma das vítimas o lavrador Cristóvão Damasceno.

A última vítima foi Simone Alves de Abreu, de apenas nove anos. Ela morreu no dia 24 de outubro de 78. Inicialmente, apresentou os sintomas que deixaram nos parentes a certeza da morte. O Hospital da Previdência, onde foi internada primeiramente, diagnosticou que Simone seria portadora de encefalite pós-sarampo. Já o seu atestado de óbito, fornecido pelo Hospital da Baleia, dava sua morte como ocasionada por causa indeterminada.

## O ABUSO DAS MULTINACIONAIS

O ecologista mineiro Hugo Werneck, assim que foram noticiadas as primeiras mortes na Fazenda Colina, declarou: "As multinacionais (fabricantes da maioria dos defensivos) são como camaleão. Em cada país elas tomam a coloração daquele país. E como, aqui no Brasil, negociadas e coisas escusas não são incomuns, as multinacionais estão nessas. Só assim é concebível que elas atuem de maneira livre para tirar os maiores lucros e nos menores prazos de tempo. Com o conhecimento e até o consentimento do próprio governo. O uso abusivo de defensivos agrícolas pode provocar desequilíbrios biológicos de ressonâncias desconhecidas".

Hugo Werneck alerta para a possibilidade de novas ocorrências, semelhantes e impunes, por outros cantos do país: "O problema de Neves foi um sintoma de todo um contexto de irresponsabilidade, de injustiça social, pois quem foi atingido foram famílias humildes. Pelo Brasil inteiro está se derramando estes produtos em dosagens irracionais. Os inseticidas têm escrito no rótulo — mata-tudo — e nesse tudo, a pessoa humana está incluída. Não houve nenhum outro agente tóxico que tivesse passado pela existência desses homens".

# cadernos de COOPERATIVISMO

## QUAL É O PESO DAS COOPERATIVAS NA HORA DAS DECISÕES?

Uma pesquisa em poder do Governo revela que de 1.163 cooperativas de produtores agrícolas existentes no país, apenas 324 têm condições de prestar assistência técnica a seus associados. Mesmo na Região Sul, onde está o braço mais desenvolvido do Cooperativismo agrícola, a relação não é muito diferente; de 390 cooperativas na região, apenas 164 prestam assistência técnica aos seus associados.

Este é apenas um dos dados dessa pesquisa, concluída no ano passado (veja detalhes nas páginas internas), mas diz bem da situação geral das cooperativas de produtores. Apesar do crescimento, dos últimos anos elas ainda são muito frágeis, com poucas exceções, e precisam de muito apoio, para vencer as dificuldades que enfrentam.

No momento em que um novo Governo prepara os seus planos para o País, é oportuno refletir sobre esta situação. Vêm aí novos e grandiosos projetos para a agricultura brasileira, alguns deles já com seus pontos principais divulgados na imprensa. Até agora, no entanto, nada que dê idéia de como o Cooperativismo vai participar, qual será o seu papel nas mudanças que estão sendo planejadas.

"Não acredito que alguém pense em prejudicar as cooperativas", diz o ministro Alysson Paulinelli, que está deixando a Agricultura. "Pelas intenções manifestadas até o momento, tudo indica uma disposição política de apoio ao Cooperativismo", disse ao nosso repórter em Brasília o economista Paulo Vianna, que vai permanecer no Ministério, na chefia da Comissão de Financiamento à Produção.

São palavras, porém. No que já foi divulgado dos planos do Governo, as cooperativas são praticamente ignoradas. Nas diretrizes gerais do Governo Figueiredo, publicadas dia 12 de fevereiro pelos jornais do centro do país, o Cooperativismo merece uma frase: "Determina-se estudo que garanta a expansão do Cooperativismo". Nos planos específicos do ministro Delfim Netto, para a Agricultura, nota-se, por exemplo, que ele pretende atender a uma antiga reivindicação das grandes cadeias de supermercados, que é receber incentivos para instalarem-se nas periferias das grandes cidades. (Se isso ocorrer, elas acabam por liquidar o Cooperativismo de consumo, que não terá condições de concorrer com supermercados subsidiados pelo Governo). Mas não há no seu projeto para a agricultura qualquer menção a cooperativas.

"O que existe são dúvidas a respeito do futuro do movimento cooperativista", disse ao nosso repórter o superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), José de Campos Mello. Quer dizer, o Cooperativismo está na posição de expectador, enquanto as decisões, que vão orientar a vida econômica do País durante os próximos seis anos, estão sendo tomadas.

É uma posição arriscada para um movimento que só no seu setor mais desenvolvido reúne, segundo os dados da pesquisa citada, quase 800 mil produtores



rurais — que responde por 80% da soja produzida no país, 90% da lã, 51% da carne, 90% do trigo e 52% do leite, controlando ainda 72% do leite *in natura* distribuído nas cidades brasileiras.

"O apoio ao Cooperativismo é inevitável pela força que ele representa", diz Paulo Vianna. A pesquisa, mandada fazer pelo próprio Governo, revela, no entanto, que o Cooperativismo ainda não soube transformar a sua força econômica em força política capaz de pressionar e influir nas decisões oficiais. A situação financeira da maioria das cooperativas é frágil (falta de capital de giro é uma de suas principais deficiências), o índice de participação dos associados é baixo, é pequeno o grau de integração e entendimento entre as cooperativas, há uma enorme falta de informações e não há sequer um programa, um conjunto de objetivos comuns que pudessem ser considerados uma proposta do Cooperativismo brasileiro.

Mesmo que seja "inevitável" o apoio ao Cooperativismo é preciso que se saiba qual a dimensão e a direção deste apoio. É preciso que ele seja dado levando em conta os interesses reais das cooperativas e dos seus associados e não apenas os planos de um Governo, pois nesse caso o Cooperativismo será apenas um instrumento de política econômica, que pode ser abandonado quando já não servir mais. Ou então estará na dependência da boa vontade dos homens do Governo, que, por sinal, precisam conscientizar-se de que Cooperativismo não se restringe à área de produção agrícola.

O sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, estudioso do Cooperativismo nos países da América Latina, diz: "O movimento cooperativista tem sido tradicionalmente estimulado pelos Governos para resolver alguns de seus problemas, para amenizar tensões sociais, para sustentar determinados programas econômicos. Aí

nascem as campanhas oficiais, os estímulos e o apoio todo. Mas, quando passa a urgência de solucionar estas crises, o desenvolvimento das cooperativas é freiado antes que a real experiência de cooperação haja sido suficientemente assimilada. Desta forma, o movimento historicamente foi imposto de cima para baixo, de uma maneira paternalista, não sendo o resultado de uma participação democrática ou de conscientização popular".

Quer dizer: é irrelevante discutir se o Sr. Antonio Delfim Netto gosta ou não do Cooperativismo. Interessa saber se o movimento, até agora útil para a implantação de um modelo agrícola exportador e para amenizar as tensões no campo em certas regiões, terá lugar no novo modelo a ser montado pelo Sr. Delfim. Seria interessante que o Cooperativismo também soubesse qual o lugar que lhe interessa, para poder lutar por ele.



O apoio oficial  
só reconhece  
as cooperativas  
de produção

## Como recuperar as cooperativas de consumo?

Nos últimos dez anos, período em que a população aumentou em mais que o dobro, as cooperativas de consumo foram reduzidas à metade no Rio Grande do Sul. Eram 272 em 1961, diminuíram para 220 em 1967 e, segundo o Incra, chegam a 1976 somando apenas 94, das quais poucas apresentam uma situação que pode ser descrita como satisfatória. O número de associados caiu de aproximadamente 250 mil para 78 mil.

E o que é pior: de dois organismos que prestavam assistência a essas cooperativas no estado, um fechou em junho de 1977 e outro está agonizante. O primeiro era o Setor de Assistência ao Cooperativismo do Sesi, fechado "devido ao total desinteresse pela área", segundo Affonso Finger, que o dirigiu durante 36 anos. O outro é o conhecido DAC (Departamento de Assistência ao Cooperativismo), que atuou durante 40 anos. O DAC, que pertencia à Secretaria da Indústria e Comércio, suspendeu suas atividades porque deveria passar para a Secretaria da Agricultura, seguindo uma orientação que dá prioridade às cooperativas de produção agrícola e deixa de lado as de consumo.

### SÓ UMA SAÍDA

Depois de um período florescente, que durou até o início da década de 60, as cooperativas vivem um momento difícil, sem conseguirem se unir para enfrentar as dificuldades, sem apoio oficial definido e, portanto, quase sem forças para reagir ao processo de decadência.

A tal ponto chegam as dificuldades em algumas áreas, que alguns líderes não

vêm saída a não ser uma mudança radical na forma de organização e atuação dessas cooperativas: "Do jeito que as coisas estão, diz Affonso Finger, só há uma saída — extinguir as cooperativas que ainda existem e criar novas, em novas bases, livres dos vícios atuais. É a maneira correta de implantar o Cooperativismo de maneira correta no Brasil".

### NA ORIGEM

De certa forma Finger tem razão, pois a principal causa da situação atual das cooperativas de consumo parece estar na sua própria origem. Todas nasceram dentro de empresas e restritas aos funcionários da empresa, e num determinado momento interessaram a todos:

1) interessaram aos funcionários porque podiam comprar alimentos e alguns produtos essenciais um pouco mais baratos e com desconto em folha;

2) interessaram às empresas, para as quais representavam um serviço a mais que ela oferecia aos empregados, além de contribuir para reduzir a pressão sobre os salários;

3) representavam um princípio de organização dentro de um sistema de abastecimento inteiramente desorganizado e entregue à voracidade dos intermediários.

Nestas circunstâncias, as empresas e mesmo o Governo, deram apoio às cooperativas e elas se desenvolveram dentro de um espírito paternalista, dependente de instalações, financiamentos para capital de giro e, muitas vezes, funcionários das empresas. E o fato de cada uma delas ser



restrita ao conjunto de funcionários de cada empresa, impediu que se formasse entre elas o vínculo necessário ao cooperativismo integrado.

### PODER REGULADOR

O caminho natural, que seria a formação de centrais de compras e de federações que as representassem e fizessem o papel de porta-voz do sistema junto aos círculos do Governo, não foi seguido.

Desta forma as cooperativas não conseguiram assumir o que poderia ser a sua função preponderante: a função de poder regulador dos preços na área de abastecimento dos gêneros de primeira necessidade, especialmente nas grandes cidades, onde a concentração urbana passava a exigir soluções em grande escala.

Surgiram as cadeias de supermercados

que, por comprarem grandes quantidades e usarem técnicas modernas de venda, podiam oferecer preços mais baixos. A política de combate à inflação obrigou as empresas a adotarem métodos para racionalizar seus custos e elas passaram a cortar os financiamentos ou adiantamentos antes dados, e não ceder mais seus funcionários para as cooperativas.

Em 1967, seguindo uma política para aumentar a arrecadação e fazer frente aos grandes investimentos necessários aos programas oficiais, o Governo ampliou o ICM às cooperativas, antes isentas. Foi o grande golpe que em cinco anos reduziu à metade as cooperativas de consumo.

### COMO CAPITALISTAS

Apesar de considerarem a medida injusta, porque segundo a doutrina, dentro de uma cooperativa não há transferência de propriedade que justifique o imposto, os líderes não tiveram forças para reagir à medida. Afinal, ela atendia a dois argumentos fortes: de um lado à política de aumentar a arrecadação de impostos para fazer frente aos grandes programas de desenvolvimento do Governo e de outro a grita dos supermercados que reclamavam contra "os privilégios" das Cooperativas.

A grande possibilidade de reabilitação das cooperativas de consumo, que seria a sua integração com as cooperativas de produção, ainda não conseguiu se realizar também.

"O Brasil — diz Ely Luiz Liska, presidente da Cooperativa dos Empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica — é o único país do mundo em que as cooperativas de produção não negociam com as de consumo. As cooperativas de produção são administradas como empresas capitalistas, visando sempre o lucro em seus negócios". Segundo Liska, a desunião chega ao ponto de uma cooperativa que controla uma fábrica de óleo de soja vender o óleo para a Coocece por preço mais alto do que para os supermercados.

**COOPERATIVISMO  
E COMPETIÇÃO**

A experiência das  
cooperativas no  
capitalismo alemão

Erik Boettcher  
Friedrich Klein  
Walter Hamm  
Harry Westermann

DEBATE  
COLEÇÃO COOPERATIVISMO

## Cooperativas e Capitalismo. A Experiência Alemã.

Erik Boettcher Walter Hamm  
Friedrich Klein Harry Westermann

Eles estão descrevendo toda a experiência do cooperativismo alemão na busca da sua adaptação com o regime capitalista.

Uma publicação da CooJornal em convênio com a Fidene de Ijuí, com o patrocínio da Cotrijuí.



"COLEÇÃO COOPERATIVISMO.  
SELO DEBATE Nº 1."

Preço de capa: Cr\$ 75,00

Solicite o seu exemplar pelo reembolso

Preencha este cupom e remeta para a CooJornal.

**cooJORNAL** Rua Comendador Coruja, 366/372  
90.000 — Porto Alegre — RS

Nome: \_\_\_\_\_

Rua: \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

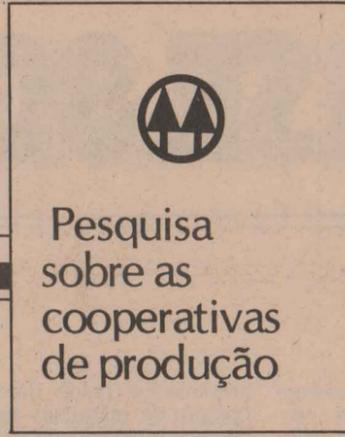
Não mande dinheiro. Só pague ao receber o livro.

Assinatura \_\_\_\_\_

Cadernos de Cooperativismo é editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.  
Tiragem: 47 mil exemplares  
Circulação: entre dirigentes e associados de cooperativas e como encarte especial em jornais de cooperativas.

Pedidos de exemplares avulsos podem ser feitos para a COOJORNAL — Rua Comendador Coruja, 372, fone 21-89-84, Porto Alegre, 90.000, RS.

cooJORNAL®



# Dificuldades, apesar de todo o crescimento

Em 1977, o Ministério da Agricultura contratou uma empresa privada para fazer uma grande pesquisa sobre as cooperativas de produção agrícola no país — um levantamento que serviria de base para um diagnóstico preciso e detalhado da situação dessa área do Cooperativismo no país. O trabalho, terminado no ano passado e cujas conclusões hoje estão compiladas em 15 volumes, não apresenta resultados satisfatórios. Um "diagnóstico preciso detalhado da situação do Cooperativismo de produção no Brasil" ainda está para ser feito.

De qualquer modo, ele consiste no quadro de informações mais atualizadas de que o Governo dispõe e é interessante para as cooperativas e seus associados terem pelo menos as linhas gerais das suas conclusões e sugestões, embora não haja muita novidade.

A conclusão geral do trabalho é de que, embora venham crescendo consideravelmente, as cooperativas de agricultores em seu conjunto enfrentam uma situação difícil. O Cooperativismo nesta área ainda está longe de assumir o papel que lhe cabe num país como o Brasil, onde poderia ser um poderoso regulador de preços e de distribuição de riquezas.

Ao contrário, sua participação na vida econômica do país ainda é muito modesta e sua expansão se dá de forma irregular, com muitos tropeços. De modo geral elas crescem mais em decorrência de fatores externos (como é o caso das próprias cooperativas de soja) do que por sua força própria.

Com exceção das grandes cooperativas do Centro-Sul (Minas, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul) as outras, em geral, encontram-se "num estágio artesanal" em termos administrativos, sem estrutura para oferecer bons serviços e dar assistência técnica a seus associados, com enormes dificuldades até em se comunicar com eles. É elevado o índice de dirigentes que pouco entende de questões como crédito, comercialização, mercado, etc.

Nesse item, aliás, uma das conclusões mais inquietantes: o Cooperativismo sabe muito pouco de si mesmo. O público em geral, não ligado a cooperativas, quase nada sabe a respeito. E — o que é pior — mesmo entre associados e até dirigentes é enorme a falta de conhecimento do que é uma cooperativa, das decisões e de como ele pode participar.

Essa desinformação atinge a níveis tão preocupantes que a pesquisa chega a sugerir que as cooperativas criem cursinhos para os novos associados. Nesses cursinhos, eles receberiam as noções básicas do Cooperativismo, do funcionamento de uma cooperativa, das decisões e de como ele pode participar.

No que tange à carência de quadros administrativos e técnicos, o trabalho colhe um exemplo ilustrativo junto às cooperativas mistas: embora existam 420 mil produtores ligados à produção animal nessas cooperativas em todo o país elas dispõem apenas de 850 técnicos capacitados a dar assistência técnica nesta área.

Em outro nível, repete-se nas cooperativas a mesma distorção que se verifica em toda a agricultura brasileira: as grandes acabam sendo as que mais se beneficiam pelos estímulos e programas oficiais. Na

obtenção de créditos, por exemplo, as exigências e normas existentes fazem com que as cooperativas mais fortes fiquem com a maior parte dos financiamentos oficiais.

Quer dizer: as que mais precisam são as que menos recebem. Em função disso, a pesquisa chega a sugerir a criação de linhas especiais de crédito, para as pequenas. Elas teriam juros e prazos especiais e poderiam fazer empréstimos sem as chamadas garantias reais, isto é: sem hipotecar seu patrimônio ou empenhar sua produção como garantia no banco.

Da mesma forma, a falta de integração entre as cooperativas de produção e consumo poderá ser corrigida através de mecanismos de crédito. Na situação atual, as cooperativas fazem 46,5% das suas compras junto aos atacadistas e 40% junto às indústrias. Ou seja, pouco mais de 13% das suas compras são feitas nas cooperativas de produtores. Uma faixa de crédito para financiar as operações entre cooperativas seria uma maneira de estimular esse intercâmbio.

O trabalho faz ainda uma outra sugestão interessante para sanar um dos problemas mais graves que as cooperativas enfrentam, que é a falta de capital (uma prova disso é que quase 40% dos empréstimos que as cooperativas fazem é para capital de giro). Para diminuir esse problema, as cooperativas deveriam conseguir do Governo a permissão para que parte do imposto de renda dos associados pudesse ser transformado em quotas-parte.

Nas páginas seguintes, mais dados sobre a pesquisa



SERVIÇOS AOS ASSOCIADOS

SERVIÇOS	NÚMERO DE COOPERATIVAS QUE REPASSAM CRÉDITO AOS PRODUTORES	NÚMERO DE COOPERATIVAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA	NÚMERO DE COOPERATIVAS QUE FORNECEM INSUMOS
<b>REGIÕES</b>			
Sul	168	164	258
Sudeste	71	117	295
Nordeste	75	59	140
Centro-Oeste	6	13	31
Norte	4	2	9
<b>Brasil</b>	<b>324</b>	<b>355</b>	<b>733</b>

A tabela mostra os serviços que as cooperativas oferecem a seus associados. É clara a deficiência neste sentido. De um total de 1.163 cooperativas, apenas 355 prestam assistência técnica aos seus associados e apenas 324 têm condições de repassar créditos aos agricultores. Quanto ao fornecimento de insumos, a situação é um pouco melhor: 733 cooperativas oferecem este serviço.

DISTRIBUIÇÃO DAS COOPERATIVAS SINGULARES SEGUNDO REGIÕES E ESTADOS — 1975

Regiões e Estados	Número de cooperativas	Participação relativa — %	Total de associados	%
<b>1. Região Sul</b>	<b>390</b>	<b>33,5</b>	<b>402.594</b>	<b>50,6</b>
Rio Grande do Sul	220	18,9	275.759	34,7
Santa Catarina	88	7,6	68.100	8,5
Paraná	82	7,0	58.735	7,4
<b>2. Região Sudeste</b>	<b>443</b>	<b>38,1</b>	<b>232.983</b>	<b>29,3</b>
São Paulo	203	17,5	104.010	13,1
Rio de Janeiro	55	4,7	17.776	2,2
Espírito Santo	21	1,8	14.210	1,8
Minas Gerais	164	14,1	96.987	12,2
<b>3. Região Nordeste</b>	<b>248</b>	<b>21,3</b>	<b>133.222</b>	<b>16,8</b>
Bahia	39	3,4	18.033	2,3
Pernambuco	64	5,5	42.661	5,4
Paraíba	39	3,4	21.371	2,7
Alagoas	11	0,9	3.299	0,4
Sergipe	10	0,9	4.069	0,5
Rio Grande do Norte	26	2,2	9.760	1,2
Piauí	9	0,8	3.928	0,5
Maranhão	15	1,2	2.614	0,3
Ceará	35	3,0	27.487	3,5
<b>4. Região Norte</b>	<b>16</b>	<b>1,4</b>	<b>3.139</b>	<b>0,4</b>
Pará	6	0,5	2.343	0,3
Amazonas	6	0,5	500	0,1
Acre	3	0,3	261	—
Amapá	1	0,1	35	—
<b>5. Região Centro-Oeste</b>	<b>66</b>	<b>5,7</b>	<b>22.973</b>	<b>2,9</b>
Goiás	43	3,7	13.579	1,7
Mato Grosso	23	2,0	9.394	1,2
<b>BRASIL</b>	<b>1.163</b>	<b>100,0</b>	<b>794.911</b>	<b>100,00</b>

Um terço das cooperativas e 50% dos associados estão na Região Sul



# ES EM 1.163 COOPERATIVAS



DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS COOPERATIVAS PELO TAMANHO DO QUADRO SOCIAL — 1975

Tamanho do Quadro Social	Regiões					Brasil
	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	
Pequenas	54,1	64,5	61,7	87,4	78,8	61,8
Médias	30,5	31,4	33,7	12,6	19,7	30,5
Grandes	14,6	2,7	3,6	—	1,5	6,8
S/indicação	0,8	1,4	1,6	—	—	0,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Observa-se que a participação das cooperativas com quadro social grande somente se destaca no Sul, com 14,6% do total das cooperativas identificadas nessa região, o que sem dúvida tem influência decisiva sobre a elevada média de associados por cooperativa verificada nessa região.

Finalmente, em relação ao capital integralizado das cooperativas, constata-se, pelo exame da tabela, que 84,4% do montante nacional está concentrado nas cooperativas da Região Sul e Sudeste, com destaque para a Região Sul com 54%, apesar de que o número de cooperativas existentes nessas duas regiões representa 71,6% do total das cooperativas singulares brasileiras.

VALOR E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO CAPITAL INTEGRALIZADO SEGUNDO AS REGIÕES — 1975

Regiões	Valor em Cr\$ 1.000,00	Participação Relativa em %
Sul	824.752	53,8
Sudeste	539.800	35,2
Nordeste	123.810	8,1
Norte	10.529	0,7
Centro-oeste	33.743	2,2
Total	1.532.634	100,0

## Preferência pelas que comercializam

Mais da metade (60,4%) das cooperativas pesquisadas comercializam a produção de seus associados. As cooperativas de eletrificação rural, também abrangidas pelo estudo, chegam a 16,8% do total, e não comercializam a produção. No entanto, o número de cooperativas de produção agrícola que não comercializam é bastante elevado, atingindo quase 25% do total. No Nordeste, quase a metade das cooperativas não têm serviço de comercialização, percentual que cai para 5% na Região Sul.

Embora a pesquisa tenha constatado que o dinamismo da comercialização — por causa dos preços melhores que a cooperativa obtém, da facilidade de escoamento das safras e a possibilidade de industrialização — favoreça o desenvolvimento da cooperativa, este ainda é um

instrumento não explorado em todas as suas possibilidades, mesmo na Região Sul.

Além disto, o intercâmbio entre as cooperativas de produtores e consumidores é baixo. A pesquisa informa que isto se deve à falta de conhecimento das empresas entre si, principalmente em relação a seus estoques e necessidades. A contribuir para esta situação estão os hábitos tradicionais de só comercializar a produção nos grandes centros, eliminando as transações diretas entre produtores e consumidores.

A pesquisa alerta, porém, que a eficiência na comercialização é fator de grande importância para o ingresso de novos associados nos quadros da cooperativa. No questionário apresentado aos produtores, 31% deram esta razão como principal motivo para se cooperativar.

## 29 centrais, 10 federações

Atualmente existem em funcionamento no país 29 cooperativas centrais, 10 federações e uma confederação, que têm como principal finalidade representar politicamente suas associadas junto aos órgãos do Governo, além de, em alguns casos, comercializarem em conjunto a produção das cooperativas filiadas.

Como ocorre com as cooperativas singulares, o Sul e o Sudeste concentram a grande maioria destas cooperativas de segundo e terceiro grau. As federações estão todas ali, e quanto às cooperativas centrais, 10 estão em São Paulo, sete no Rio Grande do Sul, sete em Santa Catarina e três no Paraná. Também nas Regiões Sul e Sudeste estão as cooperativas centrais

com maior número de filiadas, pois 14 das que têm mais de 20 associadas se concentram na Região.

O capital subscrito eleva-se a Cr\$ 820 milhões, mas a pesquisa o considera "pouco expressivo face ao volume de operações a cargo destas cooperativas". A Região Sul é responsável por 60% do capital subscrito e por 65% do capital integralizado.

Os principais produtos primários recebidos por estas cooperativas são o leite (40%), a soja (13%) cacau (7,9%), algodão (5,8%) e ovos (4,9%). Este conjunto responde por 72% do total dos produtos recebidos por estas cooperativas.

## Aumentam os financiamentos

O financiamento às cooperativas brasileiras está crescendo em bons índices. Entre 1973/74 houve um crescimento nominal (isto é, sem descontar a inflação e a elevação dos preços) da ordem de 61%, e entre 1974/75 este crescimento foi de 114%. Em termos reais, o aumento foi de 25% no primeiro período e de 67% no segundo.

Naquele espaço de tempo analisado pela pesquisa, o Sul absorveu 75% dos créditos totais concedidos às cooperativas, enquanto a Região Sudeste era beneficiada com 16% e a Região Nordeste com 6%.

Mais uma vez foi observada uma grande concentração de crédito rural naquelas regiões e cooperativas que trabalham com produtos de exportação, e as Regiões Sul e Norte, talvez por estarem mais descapitalizadas na época, receberam um volume

de recursos proporcionalmente superior ao número de cooperativas existentes.

Além disso, como explicação para a concentração do crédito, o trabalho mostra que o valor dos contratos de financiamento cresce à medida em que aumenta o número de associados, apresentando maiores incrementos naquelas cooperativas com mais de dois mil associados.

Quanto à aplicação dos recursos, as cooperativas do Sul utilizaram 35% para repasse aos associados, 35% à comercialização, 17% para investimentos e 9% como capital de giro. Os 4% restantes tiveram outras aplicações, incluindo despesas financeiras.

Nas Regiões Sudeste e Nordeste houve uma forte concentração de recursos no capital de giro e para repasse. No Sudeste, 50% dos recursos foram repassados.



As mudanças na política oficial atingem as cooperativas?

## Dúvidas e temores diante do novo Governo

Dúvidas, dúvidas, apenas dúvidas. Isto é o que existe a respeito do futuro do movimento cooperativista no Brasil, segundo o superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB, José de Campos Mello. Ele baseia suas declarações no passado do próximo ministro da Agricultura, Delfim Netto — que quando ocupava o Ministério da Fazenda nunca deus mostras de apoiar o Cooperativismo — e no temor de que o apoio do general João Baptista de Figueiredo ao campo acabe por internacionalizar a agricultura brasileira.

A agricultura é um dos setores que ainda não está sob controle de capital estrangeiro, e Campos Mello acredita firmemente que o Cooperativismo é o último grande reduto contra as multinacionais no país. Mas agora, diz ele, “não sabemos se o senhor Delfim Netto vai querer trazer grandes grupos internacionais para entregar a eles uma parcela da agropecuária. Se isso ocorrer, vamos ter problemas, porque não vamos tolerar de maneira alguma que as multinacionais venham a ter influência grande nos destinos da agropecuária”.

### FÁCIL ACESSO

Em outras palavras, Campos Mello explica que o Cooperativismo brasileiro, que hoje é responsável por 50% da produção agrícola no país e apenas por um terço de sua comercialização, deve buscar a industrialização dos seus produtos: “Queremos que a agroindústria seja um campo de fácil acesso para os produtores, a fim de que consigam multiplicar mais os resultados do seu trabalho por meio de melhores preços dados a sua produção. Se a agricultura for entregue ao controle das grandes empresas nacionais ou internacionais, além dos produtores perderem por completo a possibilidade de ter maior influência no seu próprio destino, os agropecuaristas vão passar a receber preços irrisórios por sua produção, o que poderá acarretar grande desestímulo ao seu esforço produtivo”.

E, o que pensa Delfim? Numa entrevista à revista da OCB (leia matéria nesta página) sua resposta a esta questão não foi muito clara. Ele diz que as cooperativas devem se preparar para ocupar um papel no setor industrial e mais adiante acha que é “razoável” que elas exerçam um papel político de pressão junto ao Governo. Por estas respostas nota-se claramente a colocação das cooperativas num mercado competitivo onde os adversários levam vantagens na política de incentivos fiscais e facilidades de crédito.

### FUTURO DO BANCO

Campos Mello defende a colocação de homens ligados ao Cooperativismo nos postos-chaves do segundo escalão do Ministério. Ele faz restrições, por exemplo, ao nome de Paulo Yokota para a presidência do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). E explica: “Quando o senhor Paulo Yokota era assessor do ministro Delfim Netto, chegou a propor o fechamento do BNCC. Esperamos que agora ele vista a camiseta do Banco”. Para Campos Mello, importante seria a privatização do BNCC, entregue à administração exclusiva do movimento cooperativista, funcionando como um banco de segunda linha.

### NÃO HÁ O QUE TEMER

Mas nos setores ligados atualmente à agricultura o receio é considerado infun-



Campos Mello: “O que existe são dúvidas”

do. Paulo Vianna, diretor executivo da Comissão de Financiamento da Produção — permanece neste cargo no próximo Governo — é enfático:

“O Cooperativismo não tem nada a temer. Delfim Netto vai ter bastante sensibilidade para ver que hoje as cooperativas são fundamentais, e ele vai deixar isto bem claro, na medida em que tiver chance para expor seus pensamentos diretamente aos produtores”. E assegura que o futuro Ministro tem como um dos objetivos fortalecer o BNCC, “meta prioritária e que já está sendo cuidadosamente pensada pelo futuro Ministro”.

Vianna diz que seu raciocínio é fruto da lógica:

“O apoio ao Cooperativismo é inevitável, pela força que ele hoje representa. Há dados objetivos: o apoio que o Cooperativismo já recebeu, recebe hoje, e as perspectivas da agricultura e da economia brasileira como um todo. Medidas contrárias seriam impensáveis no atual estágio da nossa agricultura”.

### 3 BILHÕES DE DÓLARES

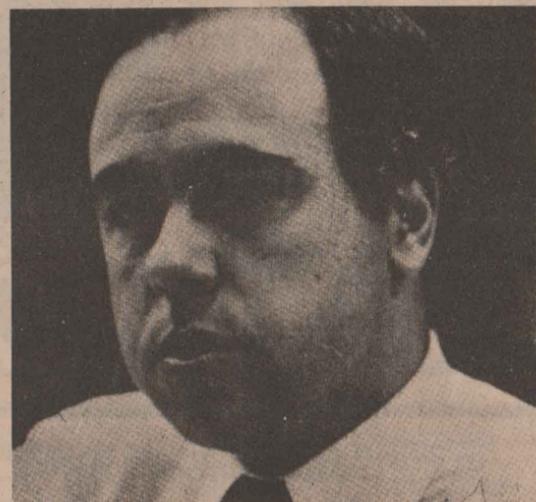
Dentro da mesma linha de pensamento se coloca o atual ministro Alysson Paulinelli. Diz ele:

“Seria uma loucura do futuro Governo não apoiar o setor cooperativista. Precisamos apoiá-lo ainda mais do que foi feito no Governo Geisel”.

O Ministro revela que no período 1974/77 as cooperativas brasileiras foram responsáveis pela comercialização de produtos no valor de 2,5 bilhões de dólares no mercado internacional. Só no ano passado este valor alcançou entre 600 e 800 milhões de dólares, superando a casa dos 3 bilhões em cinco anos.



Paulinelli: “Cooperativas não serão abandonadas”



Vianna: “Não há razões para preconceito”

Também no mercado interno, segundo Paulinelli, as cooperativas tiveram participação importante no crescimento da produção “mesmo em produtos delicados ou que enfrentaram crises, como o feijão, o arroz e o leite”. E no balanço que faz do Cooperativismo brasileiro, o Ministro lembra que as cooperativas entraram para valer no mercado, com a industrialização de seus produtos, “ligando realmente o produtor com o consumidor”.

### ORIGEM DO MEDO

Eugênio Governardi, coordenador de Cooperativismo do BNCC, diz que a insegurança do setor cooperativista brasileiro em relação ao futuro Governo é resultado de seu crescimento horizontal, esquecendo-se de crescer verticalmente.

“As lideranças cooperativistas estão temerosas com o próximo Governo porque ainda não estão seguras de que podem sentar à mesa com os responsáveis pela elaboração das grandes políticas do País”, disse Governardi. Para ele é fundamental a aliança da OCB e dos órgãos estaduais com as Federações, Associações e Sindicatos Agrícolas, formando um verdadeiro grupo de pressão no momento de traçar as linhas políticas e econômicas do setor.

Não se trata, segundo Governardi, de ficar na posição de expectativa, mas sim na vanguarda. “As cooperativas deverão demonstrar no futuro — não porque muda o Governo, mas pelas necessidades que o País têm devido aos impasses econômicos e também pelos anos de exceção — um aperfeiçoamento de seus mecanismos de produção, comercialização e representação”.

## “Não há saída sem uma ação política permanente”

O Cooperativismo brasileiro precisa organizar-se politicamente, para poder atuar como grupo de pressão na defesa de seus interesses. Não se pode ficar esperando pelo que o Governo vai ou não fazer pelo Cooperativismo — antes é preciso saber o que o Governo pensa, e a partir daí influir em suas decisões também.

Em síntese, é o que pensa Antonio Buarque de Nazaré, assistente e chefe substituto da Divisão de Cooperativismo e Sindicalismo do Inbra, em Brasília. “O Cooperativismo será o que quiser ser”, diz ele. O futuro do sistema, em sua opinião depende basicamente de sua movimentação política — o que poderia implicar, inclusive, na criação de um partido cooperativista. “Nós sabemos o que o Cooperativismo tende a ser, mas dependerá dele apenas realizar a sua vontade política”.

Buarque de Nazaré vai mais longe e apresenta as alternativas para as várias formas de cooperativas existentes no país e que poderão se concretizar a partir da mobilização política. “A rigor”, diz ele, “há três grandes setores no Cooperativismo em geral: as cooperativas operacionais, as prestadoras de serviço e aquelas que se caracterizam pela atividade principal em



O Governo  
anuncia apoio  
ao campo. E  
as cooperativas?

função da qual se constituem. O Cooperativismo prestador de serviços (médico, odontológico) e por atividades (de jornalistas, consumo, eletrificação rural) tende a assumir, cada vez mais, funções sociais relevantes".

Esse papel de relevo, segundo Buarque de Nazaré, só se concretizará na escala devida caso se atribua ao Cooperativismo um papel social de maior importância na sociedade. Nesse aspecto as cooperativas poderiam, por exemplo, substituir os serviços públicos nas áreas de saúde, desde que se beneficiassem das contribuições parafiscais que hoje se destinam à previdência social. Ainda mais: "Cooperativas prestadoras de serviços poderiam prestar serviços específicos beneficiando-se de taxas que as prefeituras cobram, substituindo, pela ação dos próprios grupos interessados, a ação geralmente lenta do setor público".

Já o Cooperativismo operacional, econômico por excelência, incorpora processos e técnicas empresariais. Necessita usar as mesmas armas e argumentos comuns ao jogo do mercado. Em São Paulo, cooperativas de porte operando no setor de hortigranjeiros não podem diminuir preços para o consumo final pelo fato de terem de assegurar ao produtor associado condições vantajosas para não perdê-los devido à ação dos intermediários.

Por isso, pensa Buarque Nazaré, o Cooperativismo econômico "será mais positivo como expressão de um poder econômico nacional. Mas dificilmente ultrapassará certos limites de expansão se não se mobilizar politicamente".

Na mesma linha de raciocínio, ele assegura que ao cabo de um processo de fortalecimento representativo do setor, o Cooperativismo de consumo poderia beneficiar-se de um tratamento fiscal especial, "não paternalista", de modo a ter condições de enfrentar as grandes organizações mercantis que atuam no abastecimento.

Um certo tipo de Cooperativismo de produção, como as cooperativas de Sergipe, poderia tornar-se instrumento social de colonização e reforma agrária, promovendo mudanças estruturais pacíficas e evolucionárias.

Buarque de Nazaré acredita ainda que no momento, a seguir os rumos atuais, o Cooperativismo será mais um subsistema secundário e complementar à iniciativa não-cooperativada e se destinará a preencher vazios de iniciativas que não interessam a outros setores econômicos. Desta forma, ele reafirma que para que se imponha como solução alternativa — "e não subalterna" — será preciso que o setor se mobilize para tanto, com consciência de sua dimensão real. "Afim, são dois milhões de associados, cerca de seis milhões de dependentes e um número incalculável de beneficiários indiretos da ação cooperativista no Brasil".



## Há razões para otimismo com Delfim no Ministério?

Assim que foi indicado para o Ministério da Agricultura, Antonio Delfim Netto passou a reunir-se com lideranças empresariais do setor para expor a elas algumas das idéias que pretende pôr em prática.

Segundo divulgaram os jornais, ele informou que recebeu um desafio do presidente Figueiredo — de em quatro anos dobrar a produção de grãos no país, hoje em torno de 40 milhões de toneladas — e disse que imporá uma "considerável reformulação" no setor para alcançar seu objetivo.

"A Agricultura terá prioridade absoluta na distribuição dos recursos econômicos nacionais", teria dito Delfim. Ao mesmo tempo, porém, esboçava algumas idéias que demonstram a clara preocupação de tirar dos ombros do Governo pelo menos parte da responsabilidade pelo financiamento à Agricultura.

Como exemplo, disse que serão criados "novos instrumentos financeiros" para gerarem recursos à disposição do agricultor e citou o chamado *bônus agrícola* — uma espécie de caderneta de poupança rural, cujos recursos administrados pelos bancos serviriam para empréstimos aos agricultores com juros mais baixos. Quer dizer, o dinheiro dos agricultores que depositarem suas economias nesta caderneta de poupança irá financiar as lavouras, com o Governo pagando a diferença dos juros.

Ficou implícito, também, que o crédito rural subsidiado será restrito aos pequenos agricultores. Os grandes terão que arriscar uma parcela maior de recursos próprios nas suas empresas. Essa idéia — de reduzir a participação do Governo no financiamento da agricultura — aliada à grandiosidade dos planos, fez crescerem as suspeitas de uma abertura do campo para o capital estrangeiro, que é quem tem condições de fazer grandes investimentos e esperar pelo retorno lento.

E é aí que o assunto diz muito de perto às cooperativas. A estratégia das grandes empresas estrangeiras nos países subdesenvolvidos não é entrar na área de produção. A elas interessa a comercialização, a armazenagem, a industrialização, enfim, o caminho intermediário. Com essas etapas sob controle, elas controlam os preços, dominam o mercado. É bom lembrar também que nos seus planos (ainda não divulgados detalhadamente) Delfim mencionou uma necessidade de "regulamentar os mecanismos de intermediação e comercialização, para garantir a redução dos preços agrícolas". Que é regulamentação? Não será o mesmo tipo de coisa que se fez na área do abastecimento, onde houve favorecimento à formação de grandes redes de supermercados — que por operarem quantidades gigantescas teriam custos mais baixos e portanto poderiam oferecer a preços menores? É bom lembrar, outra vez, que com isso liquidou-se com o Cooperativismo de consumo (e não se reduziu os preços). Quer dizer: regulamentar a comercialização e a intermediação não será facilitar a entrada de grandes empresas modernas e... estrangeiras?

Se for isso as cooperativas no Brasil estão com seus dias contados. É provável que não seja assim, mas o Cooperativismo não tem motivos para estar muito otimista. São escassas as suas condições de pressionar em defesa dos seus interesses junto ao Governo. As lideranças cooperativistas não estão sendo ouvidas para as decisões do Governo na área da agricultura e o ministro

Delfim Netto ainda não deu sinal de que reconhece algum direito às cooperativas em função da sua importância econômica.

Ao contrário. Numa entrevista dada à revista da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), no ano passado, ele deu a entender que conhece muito pouco do ramo. Respondeu a todas as perguntas de forma genérica (contrário ao seu estilo de ser específico e descer aos detalhes) e de algumas ele simplesmente fugiu pelo jogo de palavras. Chegou a dizer a certa altura: "Suspeito que há um grande entusiasmo pelo Cooperativismo".

Eis alguns trechos da entrevista, bastante significativos. (Os grifos são nossos.):

**OCB — Na sua opinião, qual o papel do Cooperativismo no desenvolvimento nacional e no processo de distribuição de renda?**

**Delfim** — O movimento cooperativista tem uma importância fundamental na agricultura. Ele tem que ter uma estrutura apoiada na pequena ou média propriedade, principalmente num tipo de atividade que exige uma certa cooperação e uma economia de escala, não na própria fazenda mas numa área geográfica, como é o caso do café, soja, algodão. **Eu acho que nestes casos o papel da cooperativa é decisivo.** Não só pelo lado da assistência técnica e do apoio financeiro ao agricultor, mas pelo lado de estimular a produção e a produtividade. A cooperativa tem um papel desde o plantio, onde se pode orientar o agricultor no sentido de adotar formas muito mais eficazes de técnica agrícola até na comercialização, na qual é decisiva.

**OCB — O que acha da cooperativa passar a responder não só pela comercialização dos produtos agrícolas, mas também por sua industrialização?**

**Delfim** — Acho que isso depende de um processo de aperfeiçoamento do sistema cooperativista. Se for possível haver a integração eficaz, acho que é muito conveniente. Na Europa, as cooperativas normalmente entram no setor industrial. É preciso compreender que não é possível



estar inventando a roda todos os dias. As cooperativas têm de ser preparadas para ocupar este papel, **mas não vejo nenhuma razão para que elas não possam ocupá-lo.**

**OCB — As cooperativas não devem ser um instrumento de fortalecimento da estrutura agrícola do País?**

**Delfim** — É preciso compreender que a cooperativa é basicamente um problema de administração. A cooperativa funciona muito bem quando tem uma administração eficaz.

**OCB — O senhor não acha que as cooperativas têm menor acesso ao capital e ao crédito do que as empresas mercantis?**

**Delfim** — Empréstimo capital, estimular de todas as formas, dar subsídios até que as cooperativas atinjam um tamanho mínimo que lhes dê eficiência, **tudo isto é perfeitamente razoável.** O que me parece não ser razoável, é **se instituir um sistema tributário que dê às cooperativas o monopólio da comercialização e da industrialização.** Isso, realmente nem seria benéfico para os agricultores. E, certamente, não beneficiaria os consumidores. Acredito que, neste caso, as condições devem ser niveladas. **Mas, como as cooperativas estão começando agora, é natural e justo que se dê as condições mínimas para que elas possam atingir um tamanho ótimo.**

## COMPRE OS SERVIÇOS DA COOJORNAL

Compre os serviços da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. A Coojornal é a maior equipe de profissionais-jornalistas de todos os setores de Imprensa. Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do estado para a produção gráfica e jornalística. É uma experiência com mais de quatro anos e quase 30 clientes.

Conte com a Coojornal em:

**Serviços editoriais**  
Planejamento, execução e produção de jornais, revistas e boletins de empresas e entidades de classe.  
Edição de revistas, livros,

jornais, anais, relatórios e quaisquer outras publicações, especializadas ou não.  
Artes, lay-outs e produção de capas de livros, revistas, folhetos, prospectos, cartazes, malas-diretas, etc.

**Serviços fotográficos**  
Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotógrafos com formação jornalística e publicitária.  
Arquivo a cores e P&B e serviço de audiovisuais.

**Serviços industriais**  
Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos de

fotocomposição e fotolitagem, uma completa unidade preparada para atender a necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores.  
Produção e impressão off-set de material jornalístico e publicitário, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.

Consulte hoje mesmo a Coojornal sobre preços, prazos e condições.

**cooJORNAL®**

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.  
Rua Comendador Coruja, 366/372  
Fones: 24.0951 e 21.8984 - Telex (051)1605  
90000 - Porto Alegre - RS

**Mais do  
que nunca  
é preciso  
pensar.**

AMPLA



**Arme-se.  
Use a cabeça.**

Leia e assine  
**COOJORNAL**